

FESTA DA SOLIDARIEDADE 2018, SETÚBAL, 8 E 9 DE JUNHO

Encontro Nacional de IPSS para debater Cooperação



Diretor Padre Lino Maia
Diretor-Adjunto Padre José Baptista

Mensal | Maio 2018 |
Preço: 1 euro | 2.ª Série | N.º 229



REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

A partir de 25 de maio responsabilidade é das IPSS

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ECONOMIA SOCIAL

Pela afirmação e reconhecimento público de um setor essencial ao país



AutORIZADO PELOS CTT e circular
em invólucro fechado de plástico.
Autorização DGO/415/2010/4/DCN
Resumo do CDS

PUBLICAÇÃO PERIÓDICA
445000000 - 1.ª Série
TAXA PAGA



A Economia Social e Empresas Sociais na União Europeia

José Leirião
Membro da CNIS



Quando em Dezembro de 2015 o Conselho Europeu solicitou à Comissão para estabelecer um plano de acção para soltar o enorme potencial da economia social de contribuição para crescimento económico e do emprego inclusivo, aguardávamos que os programas de trabalho da Comissão até 2016 incluísse o desenvolvimento desse plano de acção para a economia social e empresas sociais, o que de facto não aconteceu.

No entanto, no início de 2018 e no seguimento de várias conferências organizadas pelo Comité Económico e Social Europeu em conjunto com o Parlamento Europeu finalmente a Comissão delineou um plano de acções a ser implementado durante 2018 o qual foi desenvolvido considerando cinco pilares:

1 - Acesso a Financiamento

- a) Reforçar a Garantia de financiamento e acesso aos 'Easi funded Instruments' (micro finança)
- b) Implementação do EFSI investimentos para o impacto social
- c) Investimentos em fundos com garantia bancária (Banks Acceptance)
- d) Estimular o suporte dos Mercados financeiros para o financiamento às Empresas Sociais (reforço capacidades e desenvolvimento de competências; subsídios a projectos para desenvolvimento de mercados ;subsídios para reduzir custos de financiamentos)

2 - Acesso ao Mercado

- a) Implementar as regras revistas de contratação pública especialmente medidas para estimular a procura socialmente responsável de contractos públicos; actualização do guia 'Comprar Social' de 2011)
- b) Reforçar a cooperação entre as empresas tradicionais e empresas de economia social; preparação de uma conferência de 'elevado nível a 3 e 4 de Julho 2018 (previsto ter lugar em Bilbao)
- c) Estimular as actividades transfronteiriças para as empresas sociais – avisos de concursos a lançar durante 2018

3 - Melhoria das condições e clarificação do enquadramento legal

- a) Preparar 'orientações gerais' para apoiar os Estados Membros no desenvolvimento de 'enquadramento regulatório' para a 'economia social' e 'empresas sociais'
- b) Reflectir sobre a actualização do guia 'Serviços de Interesses Económicos Gerais'
- c) Promover agregados (clusters) de economia social nos diferentes Estados Membros
- d) Implementação do projecto piloto 'transmissão de negócios sob a forma de cooperativas' e seguimento das actividades
- e) Impulsionar a criação de 'contas satélite' para a economia social e empresas sociais
- f) Redução do desemprego jovem através do estabelecimento de cooperativas
- g) Actualizar o mapeamento dos ecossistemas das empresas sociais
- h) Promover em conjunto com a OCDE de análises aprofundadas em quatro Estados Membros
- i) Disseminar o Compêndio desenvolvido pela EC/OCDE sobre as 'políticas e iniciativas' de empresas sociais para mostrar os casos de sucesso de iniciativas nacionais
- j) Desenvolver em cooperação com a OCDE 'ferramentas de avaliação online' de políticas para o empreendedorismo social inclusivo para as autoridades locais, regionais e nacionais.

4 - Inovação Social, Tecnologias e novos Modelos de negócios

- a) Reflexão sobre o uso e impacto de novas tecnologias pelos actores da economia social e empresas sociais ' estudo para difundir as boas práticas' na Europa ainda em 2018
- b) Implementar o projecto-piloto 'Start-up iniciativa' sobre a 'economia da partilha' e 'financiar o futuro do 'empreendedor europeu'
- c) Construir um 'momento' para a inovação social e de suporte a projectos concretos através do lançamento de 'Competição sobre a Inovação Social Europeia'
- d) Criar mercado para a inovação social via uma 'Plataforma de Desafio à Inovação Social'

e) Aumentar a visibilidade para projectos concretos sobre a inovação social , economia social e empresas sociais através do Investimento de Impacto Social do programa 'Horizon 2020'

f) Reforço e generalização da experimentação dos 'modelos de Inovação Social Digital sob o programa 'Horizon 2020'

5 - Dimensão internacional

- a) Promover a economia social e empresas sociais em políticas e programas de vizinhança e alargamento (lançar programa de desenvolvimento económico no Sul Mediterrânico, por exemplo; desenvolver apoio bilateral e regional)
- b) Promover a economia social e empresas sociais em políticas e programas no âmbito dos 'Objectivos para o Desenvolvimento Sustentável)
- c) Diplomacia Económica: promover o papel da economia social e empresas sociais nos fóruns internacionais (G20, G7, ILO)
- d) Promover as relações com Comunidades Financeiras e de Doadores
- e) Acções transversais

Irão ser organizadas acções piloto nas Regiões com o objectivo de:

- a) Promover a consciencialização sobre a economia social a nível regional.
- b) Construir redes efectivas de economia social e de partes interessadas na inovação social
- c) Promover a voz das partes interessadas locais.

Website: <https://ec.europa.eu/growth/sectors/social-economy>

CNIS PROMOVE AÇÃO

Educar, Brincar e Aprender a Aprender em contexto pré-escolar

Os resultados das ações de fiscalização desenvolvidas pela IGEC – Inspeção-Geral de Educação e Ciência e a publicação das Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE), motivaram o desenho e acreditação de uma formação que permitisse, às instituições com a resposta de educação pré-escolar, estarem aptas a implementar melhorias no seu desempenho e adequarem as suas práticas pedagógicas às orientações publicadas.

Com este objetivo, a CNIS promove, em parceria com o CFAE de Matosinhos – Centro de Formação

de Associação das Escolas de Matosinhos, a ação "Educar, Brincar e Aprender a Aprender em contexto pré-escolar", destinada, nesta primeira fase, aos diretores pedagógicos das instituições associadas com educação pré-escolar.

Esta ação, acreditada pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua, tem a duração de 50 horas e decorrerá em formato b-learning (com apenas uma sessão presencial e todas as outras à distância, através da plataforma Moodle da CNIS).

A sessão presencial decorrerá no próximo dia

18 de maio, às 15:30, nas instalações da sede da CNIS, no Porto, dando início à ação.

As instituições associadas poderão formalizar a inscrição dos seus diretores pedagógicos através do preenchimento do boletim de candidatura até ao próximo dia 9 de maio, sendo consideradas, nesta primeira fase, 40 inscrições (30 efetivas e 10 suplentes).

O departamento técnico da CNIS encontra-se disponível para qualquer esclarecimento através dos contactos habituais dep.tecnico@cnis.pt e 226068614.

Adenda 2018

1. Confirmando a boa prática ensaiada e posta em prática pelo Governo anterior de subscrever protocolos bienais, tinha sido celebrado em Julho último o Compromisso de Cooperação para o biénio 2017-2018 com o Sector social e solidário. Então: por parte do Governo, Ministérios do Trabalho Solidariedade e Segurança Social, da Saúde e da Educação e, por parte do Sector, União das Mutualidades, União das Misericórdias e CNIS.

Para além de outras matérias, o Compromisso estabelece o valor das comparticipações financeiras do Estado a atribuir, por utente, às Instituições que desenvolvem respostas sociais no âmbito dos acordos de cooperação. Como há uma progressiva evolução nos custos das respostas sociais, designadamente com os fatores do trabalho e da inflação, no sentido de acautelar a sustentabilidade económica e financeira das Instituições, o Compromisso prevê que, no 2º ano da sua vigência, se proceda a uma atualização dos valores das comparticipações mediante a celebração de uma Adenda que tenha em atenção a evolução anual dos custos das respostas sociais.

Agora, no dia 13 de abril, foi subscrita a Adenda ao Compromisso de Cooperação para o biénio de 2017-2018. Por parte do Governo, subscreveram-na os três Ministérios e pelo Sector, para além das três tradicionais organizações representativas (União das Mutualidades, União das Misericórdias e CNIS), ao abrigo do Decreto-Lei 143/2017 de 29 de Novembro, foi o momento de também a CONFECOOP subscrever uma Adenda que tem reflexos em Instituições suas associadas como o são, por exemplo, Cooperativas de Solidariedade Social.

Reforçando a compensação do financiamento público e visando contribuir para a sustentabilidade das Instituições, a Adenda 2018, face ao observado em 2017, assegura uma atualização de 2,2%, extensivos a todo o ano civil.

2. Para além da atualização das comparticipações financeiras, também a Adenda 2018 clarifica e agiliza outras matérias, designadamente no que respeita à comparticipação complementar às creches. Neste âmbito, e tendo em consideração que já é atribuída uma comparticipação complementar às creches que praticam um horário de funcionamento superior a onze horas diárias, importa diversificar este apoio complementar de modo a possibilitar um reforço das respostas sociais dirigidas à primeira infância, no sentido de uma melhor conciliação da vida familiar e profissional nas situações em que os pais das crianças ou quem exerça as responsabilidades parentais trabalhem ao sábado, nomeadamente em regime de turnos, pelo que é estabelecido um modelo específico, por forma a salvaguardar estas situações. Assim, e tendo presente a necessidade de haver um permanente ajustamento das

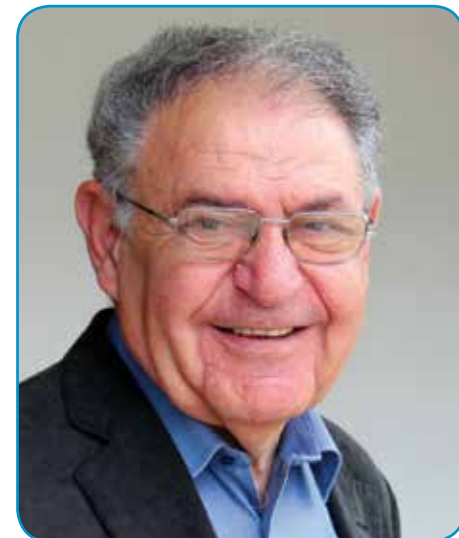
respostas sociais e dos serviços prestados às necessidades dos utentes e suas famílias, a Adenda estabelece um complemento por funcionamento de creche ao fim de semana, no âmbito de uma experiência ensaiada que assenta em premissas claras e na disponibilidade e colaboração das instituições, numa lógica estratégica de cooperação entre o Estado e o sector social e solidário. Neste contexto, a Adenda assume o compromisso de, em sede das comparticipações complementares às creches que praticam um horário de funcionamento superior a 11 horas, agilizar e harmonizar procedimentos anuais no sentido de garantir às Instituições um processo célere e transparente em matéria de pedido das referidas comparticipações, no início de cada ano letivo.

3. Para além do envolvimento dos três Ministérios sociais, acompanhados pelo Ministério das Finanças, e da chegada da CONFECOOP à sede da Cooperação, poderão ser outras duas as notas positivas a destacar na Adenda 2018: atenção prestada a novos desafios (como no que se refere à resposta de creche vinda a terreiro com a situação na Auto Europa) e atenção para a evolução anual dos custos das respostas sociais.

Aquelas e outras atenções devem continuar a merecer o olhar da Cooperação.

É que aqueles e outros novos desafios continuam a perfilar-se no horizonte da Cooperação e talvez não seja sensato confiar indefinidamente na misteriosa resiliência dos dirigentes solidários, que, sendo atacados como, por vezes, o são numa comunicação ciosa de sangue, operem o

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS



inaudito milagre da eterna sustentabilidade de umas Instituições que são pilar fundamental do Estado social...

Louva-se na Adenda a atenção à evolução anual dos custos. Porém, a sempre ameaçada sustentabilidade das Instituições de solidariedade tem de ser sempre acompanhada pela sustentabilidade de políticas sociais.

Contudo, e como contributo para o aprofundamento do diálogo na Cooperação, talvez seja chegada a hora da revisitação de algumas políticas. Nomeadamente:

Perante um aumento da esperança de vida que não acompanha o aumento da qualidade de vida, devem ser equacionadas algumas políticas e reequacionadas algumas respostas sociais de apoio aos idosos..

Perante uma desertificação territorial e uma diminuição da natalidade, devem ser equacionadas algumas medidas e reequacionadas algumas práticas que favoreçam a igualdade de oportunidades e a coesão territorial, social e intergeracional.

E, obviamente, perante exigências imponderadas impostas por agentes em invasões e acompanhamentos interventivos e criteriosamente zelotistas nas Instituições, devem ser adotadas práticas ajustadas e tirocinadas. Aqui, simplesmente, exige-se bom senso.



FESTA DA SOLIDARIEDADE

2018

9 de junho
Praça
José Afonso
início às 10 horas

8 de junho
Cooperação
Instituições Particulares de Solidariedade Social
Encontro Nacional
Fórum Municipal Luísa Todi
9 às 19 horas

SETÚBAL



Chama da
SOLIDARIEDADE
Distrito de Setúbal

Consulte programa em:
cnis.pt
facebook.com/cnis.solidario

Organização:



Patrocínio:

TRIVALOR



FESTA DA SOLIDARIEDADE

Encontro Nacional de IPSS promove reflexão e debate sobre a cooperação

No arranque do próximo mês de junho, a CNIS promove a XII Festa da Solidariedade, evento que decorrerá na Praça José Afonso, em Setúbal, no dia 9, e que, uma vez mais, pretende exaltar os valores das IPSS.

Juntamente com a UDIPSS Setúbal, a CNIS conta com a participação de instituições dos mais diversos pontos do país para o convívio anual que, em clima festivo, ajuda a disseminar os valores e o trabalho que as IPSS fazem por todo o território nacional.

E se a Festa da Solidariedade 2018 tomará conta de Setúbal no sábado, na véspera (dia 8 de junho), no Fórum Municipal Luisa Todi, realiza-se o Encontro Nacional de IPSS, organizado pela CNIS e subordinado ao tema da «Cooperação».

Com início agendado para as 10h00, a sessão de abertura contará com Manuela Mendonça, presidente da Assembleia Geral da CNIS, e com Manuel Lemos, presidente da União das Misericórdias Portuguesas.

O programa é composto por três painéis de debate em torno da Cooperação: – «A Cooperação no Quadro Institucional», «Constrangimentos da Cooperação» e «As Bases da Cooperação».

Este será um momento de reflexão e debate que a CNIS proporciona e promove sobre uma matéria de crucial importância para as IPSS, especialmente num tempo que, como disse



recentemente, em Braga, o padre Lino Maia: “A Cooperação está em perigo”.

Mais pormenores sobre o Encontro Nacional

de Instituições Particulares de Solidariedade Social serão a breve trecho divulgados pela CNIS junto das instituições associadas.

CHAMA DA SOLIDARIEDADE

Nove meses a percorrer todos os cantinhos do distrito de Setúbal

Um dos momentos altos da Festa da Solidariedade, que em 2018 cumpre a 12ª edição, é chegada da Chama da Solidariedade e de tudo o que ela representa e carrega fruto das visitas que efetua no distrito que acolhe o evento anual da CNIS, este ano Setúbal.

Contudo, a edição 2018 da viagem da flama solidária teve um figurino diferente e, ao contrário dos outros 10 anos, percorreu o distrito não em uma semana, mas ao longo de nove meses.

No início de setembro de 2017, a Chama da Solidariedade encetou o percurso pelo distrito de Setúbal no concelho do Seixal, seguiu por Almada, Palmela, Santiago do Cacém, Sines, Alcácer do Sal, Grândola, Barreiro, Moita, Montijo, Alcochete e Sesimbra, antes de chegar à cidade do rio Sado, o que aconteceu no dia 9 do corrente mês.

“A Chama da Solidariedade é uma grande iniciativa da CNIS a que a União Distrital deu uma configuração diferente e, assim, fazê-la chegar a todos os cantinhos do distrito”, começa por dizer Fernando Sousa, presidente da UDIPSS Setúbal, sublinhando que “foi sempre intenção que o percurso da Chama não se limitasse a uma semana”.

Fernando Sousa considera que “era necessário que fosse diferente dos outros anos para trazer para fora das instituições o que é este Setor Social

Solidário”.

E a tocha solidária foi “a oportunidade” para fazer isso, pois “houve grande envolvimento de centenas de IPSS, que quiseram receber a Chama e promover iniciativas numa ação envolvendo a sociedade civil”, destacando o papel das diversas autarquias, “que foram as grandes dinamizadoras”.

Para o líder da UDIPSS Setúbal, os ganhos são enormes e diversos, dando ênfase à perceção que a sociedade tem das instituições e das próprias IPSS sobre as estruturas que existem para as apoiar.

“Isto fez com que as instituições se sintam hoje mais compreendidas por todos. Hoje as comunidades olham para as instituições não como alguém que só vai pedir, mas para o serviço que prestam. Por outro lado, através desta iniciativa houve uma aproximação de várias instituições à União Distrital, algumas que nem sabiam o que era realmente. A UDIPSS é hoje reconhecida pelas autarquias como um grande parceiro”, defende Fernando Sousa, afirmando a firme determinação da União Distrital em “prestar apoio às instituições e reivindicar o respeito que elas merecem, continuando a ser o elo de ligação entre as IPSS e a CNIS”.

A viagem de nove meses da Chama da Solidariedade por Setúbal termina num jantar convívio para todos os presidentes de Câmara do



distrito, entidades locais, dirigentes das diferentes UDIPSS e da CNIS.

Esse será ainda o momento para Fernando Sousa entregar ao presidente da CNIS o «Livro da Solidariedade», uma iniciativa que recolheu, ao longo dos nove meses de viagem da Chama, as mensagens solidárias das muitas instituições e outras pessoas, que conta centenas de folhas, com diferentes expressões plásticas.

Mais uma iniciativa inovadora no âmbito da Chama da Solidariedade 2018.

CIDADANIA 2018

Cooperação e Portugal 2020 dominaram debate no encontro de Braga

Com o propósito de contribuir para a participação consciente e ativa das pessoas e das organizações na construção de uma sociedade mais justa, no respeito pelos direitos e na responsabilidade dos deveres individuais e coletivos, fomentando o desenvolvimento e a igualdade de oportunidades, a CNIS vai promover, ao longo de 2018, uma série de encontros enquadrados no Eixo Estratégico «Cidadania».

O arranque da iniciativa, desenvolvida pela CNIS em colaboração com as UDIPSS, aconteceu em Braga, no passado dia 20 de abril, com a cooperação a ser tema de debate.

No auditório da Universidade Católica bracarense, o cônego Roberto Mariz, presidente da UDIPSS Braga, depois de dar as boas-vindas a todos os presentes, lembrou “a importância do exercício pleno da cidadania” e o “papel essencial das IPSS” na sua prossecução.

Na sua intervenção, o padre Lino Maia lembrou que “se não houver cooperação do Estado, as instituições terão de se afastar da sua missão que é apoiar os mais necessitados”.

Lembrando o arranque do modelo vigente e nascido há mais de duas décadas, com a assinatura do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, em 1996, o presidente da CNIS indicou que, “desde então, as respostas sociais triplicaram”, pelo que “este é o caminho a seguir”.

“Ao Estado cabe definir políticas sociais sustentadas e sustentáveis e ao Setor Social Solidário ser o agente dessas políticas e por isso coopera com o Estado”, argumentou, deixando um alerta: “A cooperação está em perigo, porque querem que o Estado faça tudo ou que se entregue o setor ao lucro. Por isso, é preciso o Estado fazer o que lhe compete para que o setor cumpra o seu papel”.

A este propósito, o padre Lino Maia recordou ainda que “o que o Estado paga é irrisório pois cobre apenas 42% do que setor faz e movimenta”.

Corroborando esta ideia, D. Jorge Ortiga sustentou que “o Estado não pode nem deve fazer tudo, pelo que deve garantir a sustentabilidade das instituições”.

De seguida, o arcebispo de Braga criticou uma certa postura e atitude do Estado, que “não pode arbitrariamente estar sempre a intrometer-se, mas deve sim atuar de forma subsidiária”.

De seguida, recordou os princípios da Doutrina Social da Igreja – Bem comum, Destino universal dos bens, Participação, Subsidiariedade e Solidariedade –, para defender que “o Estado não pode coartar a autonomia, nem destruir a identidade de cada um”.

Já o eurodeputado José Manuel Fernandes começou por dizer que “seria interessante ver quanto custa ao Estado a não existência do setor social”, sublinhando que “seriedade e previsibilidade do Estado são essenciais para garantir a sustentabilidade das instituições sociais”.

Sobre isto, o eurodeputado, que recentemente lançou o livro «A Economia Social em Portugal»,



destacou ainda a importância do “planeamento que devia ser feito a diversos níveis, até porque não há grande solidariedade entre as instituições, que muitas vezes concorrem umas com as outras”, acrescentando ainda que “as instituições nacionais dependem mais do Estado do que as restantes na União Europeia”.

José Manuel Fernandes lembrou que “vai ser feita a reprogramação do Portugal 2020, mas é preciso sabermos o que queremos”, acrescentando ainda que “há formas de financiamento inovadoras que não estão a ser usadas”.

Para já, ao dispor dos Estados-membros estão as subvenções, os chamados instrumentos financeiros e ainda o denominado Plano Juncker, de onde pode vir dinheiro para “financiar equipamentos e obras que o setor social necessita”.

Sobre o Portugal 2020, o eurodeputado afirmou que “as reprogramações podem fazer-se”, as mudanças “não alteram o envelope financeiro” e que quem as faz é o Governo e a Comissão Europeia.

“E posso garantir que a Comissão aprova tudo o que seja para investimentos estruturais, especialmente para construção de equipamentos para a deficiência”, afirmou.

A este propósito, o padre Lino Maia disse-se “pouco otimista com a reprogramação do Portugal 2020”, avançando, porém, que “agora são capazes de surgir alguns programas tipo PARES, para remodelações e até para novos equipamentos, mas isso não depende da CNIS, que continua atenta e a tentar influenciar”.

Reafirmando que “o que o Estado transfere é pouco para o muito que as instituições fazem”, o líder da CNIS queixou-se ainda de tratamento desigual: “O acesso das instituições sociais aos

pacotes de fundos europeus era mais fácil se fossem empresas!”.

José Manuel Fernandes adiantou que o Governo irá propor a reprogramação em junho, pelo que esta é uma boa altura para tentar influir, acrescentando ainda que “é preciso influenciar o Acordo de Parceria, a assinar em 2020, para que as pretensões do setor social sejam salvaguardadas”.

Na sessão estiveram ainda presentes Ricardo Rio, presidente da Câmara Municipal de Braga, e João Duque, reitor da Universidade Católica bracarense, que incitou os presentes a incluírem a academia nos seus projetos: “Desafiem-nos constantemente, precisamos de propostas vindas da sociedade, pois as nossas portas estão sempre abertas”.

Já o edil bracarense criticou a “tentativa de desvalorização” do Setor Social Solidário, “usando a árvore para falar da floresta”, “daí a importância da comunicação, para que os poucos maus exemplos não sejam usados como arma de arremesso”.

Comunicação foi outro assunto abordado no encontro de Braga, que contou com a presença do consultor Custódio Oliveira e de Felisbela Lopes, docente da Universidade do Minho.

Os encontros promovidos pela CNIS têm como destinatários não apenas os dirigentes associativos, mas igualmente empresários, autoridades municipais e nacionais, universidades, comunicação social e comunidade em geral, com o objetivo de os sensibilizar para questões tão importantes para as IPSS como seja a cooperação, a autonomia, a sustentabilidade e a comunicação.

Os próximos encontros, ainda sem data marcada, acontecerão em Aveiro, Évora e Fátima.

ADENDA AO COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO PARA O SETOR SOLIDÁRIO

Atualização é menos do que o desejável mas suficiente face aos indicadores

Abril foi mês de assinatura da Adenda ao Compromisso de Cooperação para o Setor Solidário 2017-2018 e a CNIS afirma-se satisfeita com o acordo alcançado, considerando, no entanto, que “é menos” do que o desejável. Ainda assim, o “suficiente tendo em atenção os indicadores”.

Recorde-se que os valores da cooperação agora protocolados refletem uma subida de 2,2% face a 2017.

O presidente da CNIS releva quatro pontos acerca da Adenda 2018, considerando que a sua subscrição por parte da CNIS “significa que houve acordo e um acordo significa sempre aproximação de posições, uma vez que sempre houve concordância sobre as respetivas missão e competências (tanto por parte do Estado como da Organização da Sociedade que é a CNIS)”.

Para o padre Lino Maia, “a segunda nota é a da concordância quanto à atualização dos acordos: 2,2%”. E questiona: “Muito? Pouco? Certamente menos do que gostaríamos para a prossecução da missão das IPSS, mas o suficiente tendo em atenção os indicadores para o seu estabelecimento: inflação e aumento dos custos, nomeadamente com o impacto do aumento do salário mínimo (justo) e a necessidade de serem dados sinais meramente indicativos na contratação coletiva”.

Em declarações ao Solidariedade, o líder da CNIS realça uma terceira nota que “é a da abertura da Adenda à consagração da inovação, nomeadamente pela resposta a desafios que se vão perfilando e de que as experiências piloto com Creche são indicativas”.

Por fim, uma quarta nota acerca “da progressiva comunhão entre o Ministério das Finanças com os três ministérios sociais associados (Trabalho Solidariedade e Segurança Social, Saúde e Educação)”. O presidente da CNIS sublinha que “este é um caminho que interessa percorrer e aprofundar”.

Já o Governo, em comunicado após a assinatura do documento, deu conta que a comparticipação da Segurança Social para o funcionamento dos equipamentos e serviços sociais com acordo de cooperação para o corrente ano acomoda o “maior aumento” desde 2010.

A subida da comparticipação financeira para 2018 corresponde, segundo o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, ao “maior aumento da comparticipação financeira no âmbito da cooperação com as instituições do setor social desde 2010”.

Segundo o Governo, a revisão acordada destina-se “à atualização de todos os acordos de cooperação relativos às respostas sociais, visando compensar o acréscimo de despesas com o seu funcionamento, contribuindo para a sustentabilidade económica e financeira das instituições, essencial para a prossecução do desenvolvimento das respostas sociais”.



No âmbito do PROCOOP (Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais) serão lançadas em junho novas candidaturas para as respostas sociais Creche, Estrutura Residencial para Idosos, Centro de Dia, Lar Residencial, Centro de Atividades Ocupacionais e Residência Autónoma.

Para julho está previsto o período de formalização de “demonstração de interesse” para as restantes respostas sociais, incluindo o Serviço de Apoio Domiciliário.

O ministério adianta que estas medidas traduzem “o sinal do forte empenho do Governo na promoção da parceria com o Terceiro Setor”, representando um aumento de 6,7% da dotação do Orçamento da Segurança Social 2018 para as despesas de cooperação com as IPSS, face ao ano de 2017.

Presentes na cerimónia pelo governo estiveram os ministros do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Vieira da Silva, da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, e da Educação,

Tiago Brandão Rodrigues, ao passo que a CNIS esteve representada pelo presidente padre Lino Maia e presidente-adjunto João Dias. Assinaram a adenda ainda os representantes da União das Misericórdias Portuguesas, da União das Mutualidades Portuguesas e da Confederação Cooperativa Portuguesa.

O acordo assinado em reunião plenária da Comissão Permanente do Setor Social Solidário foi obtido “num contexto de diálogo construtivo e aberto que tem primado a relação de parceria entre o Governo” e os representantes do Setor Social Solidário.

“Reitera-se, deste modo, a prevalência dos princípios de transparência, de confiança e de partilha de um plano estratégico no âmbito do desenvolvimento social, que garanta a sustentabilidade das instituições do setor social e a acessibilidade aos serviços e respostas sociais por parte dos cidadãos, mantendo a qualidade dos serviços prestados às populações”, sublinhou o ministério no comunicado.

CENTRO SOCIAL DE PALMELA

A cuidar com valores há 44 anos é o cartão de visita da instituição

Nasceu estava a Revolução de Abril para rebentar e desde então tem-se dedicado aos mais novos. No entanto, ao longo destes 44 anos, o Centro Social de Palmela tem crescido nas valências, apoiando ainda a comunidade de diversas formas e igualmente a juventude, para a qual se sente bastante vocacionado. Apesar das conhecidas as dificuldades financeiras, a instituição quer, no entanto, melhorar a sua resposta e para tal necessita de requalificar as instalações e assim melhor abordar o futuro. Financiamento precisa-se.

Já depois da ida do SOLIDARIEDADE ao Centro Social de Palmela, em meados de abril, a instituição teve eleições, motivadas pela renúncia do anterior presidente, sendo atualmente dirigida por novos órgãos sociais, com Carlos Sousa, antigo edil de Palmela, na presidência da Direção.

Esta situação, que acaba por surgir naturalmente e sem grande sobressalto, não invalida o que a instituição fez e faz, foco central desta reportagem, que teve como interlocutor Guilherme Bettencourt, o presidente cessante.

Assim, comecemos por dizer que o Centro Social de Palmela

nasceu um mês e meio antes do 25 de Abril, mais precisamente no dia 3 de março de 1974.

“Nasce da necessidade sentida por alguns pais de Palmela na criação de uma resposta na área da infância, uma vez que não havia nada na zona. E com a ajuda do pároco abriu-se a porta com dois meninos, nos anexos da igreja de S. Pedro”, recorda Guilherme Bettencourt.

A instituição funcionou ali durante alguns anos e fruto das crescentes dificuldades em termos de espaço, após constituição como associação de solidariedade social, os responsáveis começaram a equacionar a construção de um edifício que tivesse melhores condições.

É, então, em 1985 que o novo equipamento é inaugurado e onde ainda hoje funcionam as respostas sociais.

“É um edifício construído de raiz, que na altura era considerado um modelo de como fazer um infantário, porque tinha a creche no primeiro andar, as salas de pré-escolar no rés-do-chão e uma zona de apoio com a cozinha e a lavandaria”, recorda o ex-dirigente.

Com o passar do tempo e as alterações legislativas o edifício tornou-se desadequado, necessitando de uma requalificação.

Guilherme Bettencourt avança que está em marcha “uma candidatura com o apoio da Câmara Municipal de Palmela no Portugal 2020 para a requalificação do espaço e para tentar aumentar o berçário”.

Este objetivo está ainda em fase de elaboração dos projetos de arquitetura e de especialidades para que tudo esteja pronto na altura de apresentar a candidatura, o que será em junho.



A difícil situação financeira da instituição não permite avançar por si para um projeto que ronda os 370 mil euros, mas espera-se que das conversas com a Segurança Social e com a autarquia resultem sinais positivos.

Em sede de candidatura ao Portugal 2020, o Centro pode ir buscar 50%, a Câmara de Palmela já se comprometeu em avançar com 80 mil euros dos 160 remanescentes, pelo que a instituição espera conseguir o que lhe cabe, eventualmente, junto da banca.

De facto, uma visita às instalações da instituição, junto ao antigo quartel da GNR, dá para verificar que o edifício precisa de algumas intervenções, especialmente para que seja mais operacional. A título de exemplo, a cozinha é notoriamente exígua para as necessidades.

Atualmente, o Centro Social de Palmela tem três polos: a sede onde funciona o jardim infantil Árvore, um equipamento no Poceirão que alberga o jardim infantil A Cegonha e o centro de acolhimento temporário (em breve, casa de acolhimento) Porta Aberta e numa casa contígua está a ser

criado o espaço de juventude Os Okupados.

A Árvore acolhe 64 crianças em creche, 100 em pré-escolar e 75 em CATL (1º, 2º e 3º ciclos). Integra ainda uma creche familiar, com cinco amas que têm a seu cargo 20 petizes. Contíguo ao espaço jardim infantil está uma casa que acolhe o GIP Palmela, o Centro de Recursos Sociais, onde funciona o CAFAP, e, desde 2005, o projeto Okupa.

Esta é uma resposta inovadora que consiste num espaço que não tem jovens residentes, mas é um local onde podem obter informações sobre programas para a juventude ou candidatar-se ao Serviço de Voluntariado Europeu. Atualmente a instituição tem quatro jovens lá fora a fazer voluntariado.

O GIP surgiu de um protocolo com o IIEFP e épocas teve em que fazia 60 a 70 atendimentos diários a desempregados. Agora já não faz esse trabalho, mas acompanha desempregados no seu processo de inserção laboral e social, através de sessões de formação e informação ou ajudando a fazer currículos. Por outro lado, mantém uma

estreita ligação com a equipa do RSI.

Note-se que a instituição, a partir da sede ainda faz a distribuição de cabazes a 50 famílias no âmbito do Banco Alimentar Contra a Fome e a 78 no do PO APMC (Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas).

No jardim infantil A Cegonha, que fica no Poceirão, local que dista cerca de 20 quilómetros de Palmela, funcionam as respostas de creche com 16 crianças, pré-escolar com 25 e CATL com 30.

O Porta Aberta acolhe de momento 13 jovens, estando alguns jovens do Serviço de Voluntariado Europeu a recuperar um edifício contíguo ao CAT, onde funcionará a casa Os Okupados. Este é um espaço de juventude onde os jovens até aos 30 anos possam pernoitar, passar três ou quatro dias ou permitir à instituição fazer intercâmbios nacionais e internacionais.

A estrutura não visa o lucro, porque pretende privilegiar “o trabalho com jovens portugueses e europeus com dificuldades, sejam económicas, de deficiência, de adição ou outra”, refere, acrescentando: “Será para jovens que não têm dinheiro para pagar um hotel ou até uma pousada da juventude. Qualquer valor que a instituição possa cobrar será simbólico”.

Para pôr toda esta máquina a andar, a instituição palmelense conta com um quadro de pessoal de 82 funcionários e mais três contratados, contando ainda com os voluntários jovens europeus e uma professora de inglês.

Socioeconomicamente, a(s) comunidade(s) que o Centro serve sofreu mudanças. Se anteriormente, cerca de década e meia, a instituição “tinha a preocupação de ter pelo menos 20% de utentes que estivessem nos dois últimos escalões”, porque a procura era oriunda de uma população de estatutos médio/alto em termos da capacidade financeira, “com o aumento da resposta pública de qualidade no pré-escolar e com o aumento da resposta privada de qualidade em Palmela” o Centro passou a desempenhar “o papel que uma IPSS tem que desempenhar”.

Assim, hoje, os números dos primeiros níveis da tabela são residuais, “não chega a 2%”, estando todos os outros nos escalões mais baixos.

“É a nossa missão, mas a questão que se põe é a da sustentabilidade da instituição”, sublinha Guilherme Bettencourt, que recorda: “Desde 2012 os valores de cobrança expectáveis nunca foram cumpridos e ainda há um número de incobráveis”.

É conhecida a situação muito complicada que o Centro Social de Palmela atravessa, mas Guilherme Bettencourt nega que haja salários em atraso aos trabalhadores, como chegou a ser noticiado na Imprensa.

“Nunca tivemos salários em atraso e isso é conversa de quem não gosta de nós” argumenta, esclarecendo: “Por saldar com os trabalhadores estão apenas metade do subsídio de Natal de 2015 e metade dos subsídios de férias e de Natal de 2016 e 2017. Agora, não há salários em atraso a ninguém e é de ressaltar que em termos de IRS, os compromissos estão assumidos com a AT, e também da TSU, atendendo a que os acordos são globais, está tudo salvaguardado”.

Porém, “o Centro Social de Palmela está tecnicamente falido há muitos anos” e só ainda não fechou portas porque tem o apoio do Fundo de Socorro Social.



Para esta situação difícil, Guilherme Bettencourt avança uma explicação que entronca em questões estruturantes, algumas que ultrapassam a própria instituição.

“Reequilibrar a instituição tem sido aposta de todas as últimas Direções, mas isso passa por questões que transcendem o Centro, que tem um problema estrutural enquanto IPSS, pois praticamente só trabalha na área da infância e juventude”, argumenta, adiantando: “É importante uma requalificação do quadro de pessoal, com todas as implicações que isso possa ter, e algum investimento na sustentabilidade do Centro”.

Depois há as verbas da cooperação cujo aumento de 2,2% “é bom para este ano, mas há problemas de sustentabilidade e de financiamento das instituições que vêm dos últimos 10 anos a que ninguém está a olhar”.

Para o presidente cessante, a longevidade da instituição acarreta questões como a do seu “quadro de pessoal ser fixo, com todos os elementos no topo das carreiras”.

É sabido que os custos com pessoal consomem muitos recursos às IPSS e olhando às Contas do Centro publicadas vê-se a dificuldade. A expectativa de receita é de 26.740 euros de mensalidades, recebendo ainda da cooperação cerca 66.574 euros, tendo encargos com pessoal de 62.561 euros. “É óbvio que isto é insustentável”, constata.

O Centro Social de Palmela tem por lema «Cuidar com valores» e neste aspeto, Guilherme Bettencourt destaca “o profissionalismo dos trabalhadores”, lembrando que “do pessoal não técnico, cerca de 67% do pessoal, mais de 90% são pessoas que entraram na instituição através de programas do Centro de Emprego, gente que estava à margem do mercado de trabalho e que a instituição contribuiu para que tivessem uma vida profissional. Muitas vezes o que faz com que os pais venham aqui colocar os filhos não é propriamente as instalações, que não são modernas, mas todo o trabalho técnico e de apoio que é reconhecido pela comunidade”.

POPULAÇÃO IDOSA NA EUROPA

Para além dos 85 anos sobrevive-se menos em Portugal

Um estudo do Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto (ISPUP) divulgado em abril, mostra que, de cinco países europeus analisados, Portugal é aquele que apresenta a menor probabilidade de sobrevivência da população idosa para além dos 85 anos.

Este estudo, desenvolvido pela Unidade de Investigação em Epidemiologia (EPIUnit), comparou dados nacionais com os Espanha, França, Itália e Inglaterra, concluindo que, apesar de Portugal ter menos desigualdades, tem probabilidades de sobrevivência nesta faixa etária inferiores aos outros quatro países.

Esta investigação sublinha a “importância de reduzir as desigualdades socioeconómicas existentes no território europeu para se conseguir aumentar a longevidade da população mais idosa”, indicou a investigadora Ana Isabel Ribeiro.

Para chegar a estas conclusões a equipa avaliou a influência das condições socioeconómicas dos locais de residência (condições da habitação, a escolaridade e o desemprego, entre outros) na longevidade das pessoas idosas e na probabilidade de estas sobreviverem além dos 85 anos, nos cinco países europeus.

Os resultados mostram que os idosos que vivem em locais com maior privação

socioeconómica têm menor probabilidade de atingirem idades mais avançadas.

Neste trabalho, publicado na revista científica “International Journal of Public Health”, verificou-se igualmente qual seria o aumento percentual em termos de sobrevivência de idosos se fossem eliminadas as diferenças socioeconómicas entre os locais e quantas mortes poderiam ser prevenidas se essas diferenças fossem reduzidas. “Tomando a Europa como um todo, os homens que habitavam nas zonas mais favorecidas apresentavam uma probabilidade de sobrevivência de 37,4% e os que viviam em locais menos favorecidos de 32,4%”, explicou Ana Isabel Ribeiro, a primeira autora do artigo.

Segundo a investigadora, a eliminação das diferenças socioeconómicas entre os locais aumentaria a probabilidade de sobrevivência em 7,1%. “E, se as atenuássemos apenas, teríamos um aumento de cerca de 1,6% na probabilidade de sobrevivência”, acrescentou.

Segundo o estudo, a remoção dessas diferenças, a nível europeu, levaria a um aumento de sobreviventes masculinos em cerca de 92 mil, enquanto os femininos subiriam para 282 mil.

Este trabalho, intitulado “Does community deprivation determine longevity after the age



of 75? A cross-national analysis”, é também assinado pelos investigadores Elias Teixeira Krainski, Marília Sá Carvalho, Guy Launoy, Carole Pernet e Maria de Fátima de Pina.

REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Entrada em vigor a 25 de maio de 2018

ESTÁ PREPARADO? CONTACTE-NOS.

FORMAÇÃO EM TODO O PAÍS

SERVIÇOS DE CONSULTORIA E IMPLEMENTAÇÃO RGPD

GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OPERACIONAL

SOFTWARE PARA VÁRIAS RESPOSTAS SOCIAIS
(Licenciamento e SaaS)

PLATAFORMAS WEB, PORTAIS e SOLUÇÕES DE DESIGN

SOFTWARE ESPECÍFICO PARA O SETOR DA ECONOMIA SOCIAL

PROCESSO INTEGRADO UTENTE

IMOBILIZADO	SÓCIOS	UTENTES	PROCESSO CLÍNICO E SOCIAL	REGISTO DE ATIVIDADES DIÁRIAS
RECURSOS HUMANOS	CONTABILIDADE	STOCKS, ECONOMATOS COZINHAS E LAVANDARIAS	CLÍNICA	PORTAL SOCIAL
ESCALAS DE SERVIÇOS	TESOURARIA	SALÁRIOS	UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS	INTERNAMENTO
APDIO DOMICILIÁRIO	VIATURAS	MAILING	PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA	BLOCO OPERATÓRIO

ÁREA SAÚDE

+ DE 3000 CLIENTES

F3M Information Systems, S.A. | contacto@f3m.pt | info@f3m.pt | Tel. (+351) 253 250 300 . (+351) 213 636 271 | www.f3m.pt

Head Office, Braga | Lisbon Branch, Lisboa | Moçambique Branch, Maputo | Angola Branch, Luanda

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE COIMBRA

«Coimbra a Brincar» está a chegar e tem um novo concurso

O «Coimbra a Brincar» está a convidar escolas e instituições, empresas, famílias e grupos de amigos a partilharem um momento de brincadeira, na forma de uma fotografia ou de um vídeo e, dessa forma, a integrarem também o evento, que se realiza nos dias 27 e 28 de maio e em que são esperadas milhares de pessoas para participar em mais de 100 atividades gratuitas e para todas as idades.

Em mais uma edição do concurso #todosbrincam, a Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC) e os seus parceiros no «Coimbra a Brincar» pretendem promover a mensagem de que o brincar é uma fonte de prazer, alegria e aprendizagem, essencial para a saúde física e mental.

E, para além de toda a brincadeira

proporcionada, ainda distribuirão prémios pelos vencedores, que serão apurados através da página de Facebook da iniciativa.

Para participar basta tirar algum, de preferência muito, tempo para brincar, registar em fotografia ou em vídeo e enviar até 31 de maio para gci@apc-coimbra.pt.

A votação online decorrerá até 8 de junho. O regulamento do concurso e outras informações estão disponíveis no site da APCC e na página de Facebook do «Coimbra a Brincar».

Com a realização do evento, a organização pretende celebrar o Dia Internacional do Brincar e reafirmar o brincar como uma atividade benéfica para todas as idades e fonte de prazer, alegria e aprendizagem essencial ao desenvolvimento, assim como à saúde física e mental.



APPACDM SETÚBAL

I Encontro «E depois da Escola?» é dia 17 de maio na Casa da Baía

O Centro de Recursos para a Inclusão da APPACDM de Setúbal vai promover o seu primeiro encontro subordinado ao tema «E depois da Escola?», com o intuito de informar, esclarecer e realizar uma reflexão conjunta sobre como pode a escola e a família, planear o percurso dos seus alunos/filhos com Necessidades Educativas Especiais, preparando e antevendo a sua vida ativa, pessoal, social e profissional com o contributo da APPACDM, numa perspetiva de

inclusão.

O encontro decorrerá, no dia 17 de maio, das 14h00 às 18h00, na Casa da Baía, em Setúbal, sendo aberto a toda a comunidade.

O programa arranca às 14h00 com a Sessão de Abertura, em que estarão presentes os presidentes da APPACDM de Setúbal e da Câmara Municipal de Setúbal, seguindo-se: 14h30 – O Centro de Recursos para a Inclusão vs Centro Sócio-Educativo; 15h00 – Os Centros

de Atividades Ocupacionais (CAO); 15h30 – Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social Para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD); 16h00 – Intervalo; 16h15 – Centro de Reabilitação Profissional (CRP); 16h45 – Residência Autónoma (RA); 17h15 – União Desportiva para a Inclusão (UDI) e Clube de Animação Jovem (CAJ).

Perto das 18h00, será altura para o encerramento.

UDIPSS SANTARÉM

CBEZA acolhe workshop sobre envelhecimento no próximo dia 23

Inicialmente previsto para abril em no Entroncamento, o workshop «Perspetivas e Desafios do Envelhecimento», realiza-se no próximo dia 23 de maio, no Centro de Bem-Estar da Zona Alta, em Torres Novas.

A iniciativa da UDIPSS santarém, pretende promover a partilha de conhecimentos e experiências de práticas e orientações que visem a promoção de um envelhecimento ativo e

saudável nas respostas sociais dirigidas às pessoas idosas.

Stella Bettencourt da Câmara, professora auxiliar e investigadora no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, é a palestrante convidada da sessão que pretende ainda desmistificar estereótipos relativos ao envelhecimento e sensibilizar sobre as potencialidades das pessoas mais velhas,

reforçar os conhecimentos acerca do processo de envelhecimento e da velhice e munir os profissionais que trabalham com as pessoas mais velhas de instrumentos e atividades alternativas e inovadoras, capazes de desenvolver um envelhecimento ativo e saudável.

A formação é certificada através da Plataforma SIGO e decorrerá entre as 9h30 e as 17h30.

CEDIARA, ALBERGARIA-A-VELHA

VI Olimpíadas Seniores juntam 1.200 idosos em torno do desporto e do convívio

A Cediara - Associação de Solidariedade Social de Ribeira de Fráguas, concelho de Albergaria-a-Velha, organizou e promoveu as VI Olimpíadas Seniores, registando um novo recorde de participações: 1.200 pessoas.

Os seniores, provenientes de 55 instituições e 10 distritos, passaram um dia de enorme convívio e competição fruto da grande disputa que protagonizaram nos sete jogos a concurso. A saber, boccia, bola ao poste, curling adaptado, golfe sénior, taco a taco, arcos nos pinos e percurso de obstáculos.

Susana Henriques, diretora técnica da instituição de Ribeira de Fráguas, considerou que o evento que vai no sexto ano consecutivo, “correu muito

bem”, destacando ainda que “foi extraordinário ver o empenho e entusiasmo dos participantes”.

No final de um dia cheio de competição e competitividade, porque a idade não faz esmorecer a vontade de ganhar e de fazer melhor, os vencedores foram:

Arco nos Pinos – 1º Lugar - Associação Apoio Social de Perafita, 2º - Santa Casa da Misericórdia de Espinho, 3º - Fundação José Relvas; Percurso de Obstáculos – 1º Lugar - Associação para Desenvolvimento de Figueira, 2º - Município de Lousada; 3º - Universidade Sénior de Junta de Freguesia da Carregueira; Bola ao Poste – 1º Lugar - Município de Lousada, 2º - Cediara, 3º

- Câmara Municipal de Valongo; Taco a Taco – 1º Lugar - Santa Casa da Misericórdia de Penafiel, 2º - Programa Movimento Sénior (Câmara Municipal de Paredes), 3º - Sant’Ana Residência Sénior; Curling Adaptado – 1º Lugar - Câmara Municipal de Valongo, 2º - Seniores Mais Ativos (Penafiel), 3º - Programa Movimento Sénior (Câmara Municipal de Paredes); Golfe Sénior – 1º Lugar - Posto de Assistência de Alvarães, 2º - Santa Casa da Misericórdia da Lousã, 3º - Centro Paroquial de Solidariedade Social de Febres; Boccia – 1º Lugar - Município de Lousada, 2º - Seniores Mais Ativos (Penafiel), 3º - Programa Movimento Sénior (Câmara Municipal de Paredes).

Saber o estritamente justificado e assegurar a confidencialidade

Quem nunca, ao intentar saber mais sobre um outro, ouviu uma resposta do género: “A tua vida não te chega?”. O novo paradigma da proteção de dados assenta precisamente nesta ideia, ou seja, saber apenas aquilo que é necessário e manter essa informação segura. Com a entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), no dia 25 de maio, são as IPSS que têm que garantir o que até agora era responsabilidade da Comissão Nacional de Proteção de dados (CNPD): a segurança dos dados pessoais.

Para que não haja confusões, é importante começar por dizer que o RGPD só é aplicável a dados pessoais, isto é, a dados de pessoas singulares e não de organizações.

Por isso, importa perceber o que são dados pessoais. Segundo o artigo 4º do RGPD, dados pessoais são “informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»); é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular”.

Portanto, os dados sobre os quais se aplica o novo regulamento, no que às IPSS diz respeito, serão, em princípio, os de terceiros (utentes, familiares ou outros) e dos trabalhadores. Dentro destes, o regulamento considera ainda categorias especiais de dados, como os que eram anteriormente designados por dados sensíveis, que são aqueles que revelem a origem racial ou étnica, as opiniões políticas, as convicções religiosas ou filosóficas, ou a filiação sindical; dados genéticos, dados biométricos, dados relativos a saúde, a vida sexual ou orientação sexual. Neste caso, a regra geral é a proibição de tratamento (n.º 1 do artigo 9.º).

Por tratamento de dados entende-se “uma operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição”. A esta altura é conveniente passar uma mensagem bastante repetida nas diversas sessões de esclarecimento promovidas pela CNIS, em vários pontos do país, e que pretende tranquilizar as instituições. Não adianta ir atrás da pressa



do mercado e contratar indiscriminadamente serviços a empresas que, como toda a gente, estão a navegar à vista, porque ainda há muita indefinição sobre diversos aspetos da aplicação do RGPD.

“Tem havido grande pressão sobre as IPSS para comprarem soluções, mas ainda há muito por esclarecer e muito por definir”, tem dito João Dias, presidente-adjunto da CNIS, nas várias sessões, avisando: “Cuidado com os aproveitamentos do mercado!”.

Foi notório nas iniciativas da CNIS que as IPSS estão preocupadas, ávidas por explicações e respostas e ansiosas por ter tudo em ordem no dia 25 de maio. Mas aquilo que podem desde já ir fazendo é o levantamento dos dados tratados, mapeando as maiores fragilidades identificadas, para em seguida implementarem o regulamento, devendo conseguir demonstrar os passos para essa mesma implementação.

Isto porque, a partir de agora, as IPSS têm

que ter o controlo e o comando sobre os dados pessoais que tratam e garantir a sua confidencialidade e segurança, seguindo determinados princípios como a licitude, lealdade e transparência, a limitação de finalidades, a minimização dos dados, a exatidão, a limitação de conservação, a integridade e confidencialidade e, por fim, a responsabilidade.

Recorde-se ainda que, como as IPSS passam a ter de garantir o cumprimento do RGPD, devem exigir aos subcontratantes (empresas que fornecem serviços e que podem, eventualmente, tratar dados cuja responsabilidade é da IPSS) os mesmos níveis de segurança que a instituição tem implementados.

O tratamento dos dados pessoais deverá respeitar os direitos e liberdades fundamentais, nomeadamente o direito à proteção dos dados e à privacidade dos seus titulares. No fundo, o regulamento alicerça-se num conjunto de normas legais que regulam a forma de tratar

informação sobre as pessoas, com respeito pelos direitos fundamentais, mas também não tem como objetivo proibir a utilização de informação pessoal e a recolha de dados nas instituições, que pode e deve continuar a ser feita. Porém, há que dar atenção e assegurar a confidencialidade e a segurança do armazenamento. E, neste sentido, a minimização na recolha é logo um passo determinante no cumprimento do regulamento, evitando-se a posse de dados que efetivamente não são necessários.

É por isso que é muito importante que no seio da instituição sejam criados níveis de acesso aos dados, para que se saiba de forma clara quem tem acesso a que informação e porquê. Ou seja, os dados não devem estar acessíveis a toda a gente na instituição.

Para acautelar estas diversas questões, é importante que haja na instituição uma pessoa responsável pelos dados, mesmo quando a instituição não esteja sujeita à obrigação de ter um DPO (sigla resultante da designação inglesa Data Protection Officer, que em português é um encarregado de proteção de dados). Esse responsável funcionará como interlocutor em relação aos titulares dos dados e também em relação à própria autoridade de controlo (a CNPD).

Nos casos em que a instituição tem um grande número de trabalhadores, ou faz tratamento de dados em grande escala ou grande quantidade de dados sensíveis (não havendo ainda, porém, a definição de parâmetros sobre o que consubstancia larga escala, ou grande quantidade, para este efeito), então será necessário ter um DPO.

O encarregado pela proteção de dados pode ser do quadro de pessoal da instituição, garantida que esteja a sua independência perante a Direção, e sê-lo a tempo parcial ou em exclusivo, ou então ser contratado externamente. Deve ser um perito em legislação sobre dados pessoais e seu tratamento, podendo ser exclusivo da instituição ou partilhado com outras.

Contudo, a existência do encarregado de proteção de dados, interno ou externo, não desresponsabiliza a instituição. No caso de o DPO ser uma entidade terceira e se houver uma quebra de segurança, a responsabilidade, em última instância, é sempre da instituição. Essencial, então, é a instituição garantir que cumpre todos os procedimentos exigidos para o caso de haver brechas de segurança (as quais têm necessariamente de ser comunicadas à CNPD em 72 horas).

Note-se que o DPO não tem que ter acesso aos dados, mas sim que informar e aconselhar a instituição, o subcontratante e os trabalhadores a respeito das suas obrigações legais, monitorizar o cumprimento da lei, dar formação, realizar auditorias, prestar aconselhamento no que respeita à avaliação de impacto sobre a proteção de dados, articular com o titular dos dados e cooperar e servir de ponto de contacto com a CNPD.

Com a implementação do RGPD, há também um conjunto de novas obrigações para as IPSS, como sejam a avaliação de impacto das operações de tratamento de dados; o registo de atividades de tratamento de dados; a implementação de medidas técnicas e



organizativas que garantam a conformidade com a lei e a integridade e segurança dos dados (por exemplo, a pseudonimização e a privacidade por defeito); a consulta prévia em casos específicos (ainda não regulamentado). Importa ainda destacar que a identificação do fundamento jurídico para o tratamento dos dados é crucial para demonstrar o cumprimento com o novo regulamento.

O tratamento de dados tem fundamento no caso de haver consentimento expresso, o qual deve ser livre, explícito e informado; se decorrer da execução de um contrato ou para realizar diligências pré-contratuais; para cumprimento de uma obrigação jurídica; na defesa de interesses vitais do titular dos dados ou de outra pessoa singular; para exercício de funções de interesse público ou exercício da autoridade pública de que está investido o responsável pelo tratamento; ou ainda na prossecução de interesses legítimos pelo responsável pelo tratamento ou por terceiros, desde que com garantias de respeito pelos interesses ou direitos e liberdades fundamentais do titular.

Quanto ao consentimento, as instituições devem ter sempre presente que, no caso de não terem como obter o consentimento (livre, explícito e informado) de um utente, o consentimento prestado por um familiar não tem qualquer valor, excepto se este último for o representante legal do utente.

Por outro lado, na relação com os trabalhadores, muitos dos quais têm, na prática, acesso a dados pessoais, alguns deles sensíveis (como, por exemplo, os dados de saúde), a instituição deve sempre garantir a confidencialidade, pelo menos para aqueles trabalhadores que não estejam legalmente obrigados a sigilo profissional.

As quebras de segurança, para além do dano reputacional, serão exemplarmente punidas, com as coimas a poderem chegar aos 20 milhões de euros ou 4% da facturação (consoante o valor concretamente mais alto).

Para implementarem o RGPD, há um conjunto

de passos organizacionais internos que as instituições podem levar a cabo: formação aos funcionários sobre as regras relativas a segurança dos dados e as respetivas obrigações, especialmente em matéria de confidencialidade; proteção contra o acesso a instalações e a hardware e software do responsável pelo tratamento ou do subcontratante, incluindo controlos sobre a autorização de acesso; certificação de que as autorizações de acesso a dados pessoais foram concedidas pela pessoa competente e exigem documentação adequada; documentação exaustiva para outras formas de divulgação diferentes do acesso automatizado a dados, a fim de demonstrar que não ocorreram quaisquer transmissões ilegais de dados; e realização de auditorias internas e externas.

Para, numa primeira linha, avaliar se a instituição está no rumo certo para a conformidade com o RGPD, os seus responsáveis devem assegurar que as atividades respeitam os princípios do regulamento e possuem fundamento jurídico; que os tratamentos possuem «proteção de dados desde a conceção e por defeito», com medidas técnicas e organizacionais adequadas (categorias especiais); que a instituição atende aos direitos e à transparência satisfatoriamente; que notifica os incidentes de segurança conforme criticidade; e que mantém, quando aplicável, um DPO, o Registo das Atividades de Tratamento e faz as necessárias Avaliações de Impacto.

A fechar, repetir a mensagem passada pelo presidente-adjunto da CNIS e ainda pelos juristas José Luís Monteiro e Ana Rodrigues, que protagonizaram as diversas sessões de esclarecimento, para que as IPSS não fiquem ansiosas nem nervosas com a data de 25 de maio, porque, dada a presente incerteza, mais importante neste momento é conseguir demonstrar que estão a ser dados passos concretos para implementar o RGPD.

PADRE JOSÉ MAIA
jose.maia@cic.pt

Vemos, ouvimos e lemos...

Começa a ser preocupante a **quantidade de casos de corrupção e desvio de dinheiros públicos** que estão a dar à costa da opinião pública, por iniciativa da comunicação social e, mais designadamente, pelo jornalismo de investigação.

Por aquilo que se vai sabendo, a procissão ainda vai no adro!

O país está a assistir, atónito, a uma luta dos vários “poderes” que constituem os alicerces da nossa democracia, a saber: poder **político**, poder **legislativo/judicial**, poder **económico/financeiro** e o poder **mediático** (da comunicação social).

A classe política/partidária, a pretexto da equidistância que considera dever manter em relação a pessoas que vestem a mesma camisola partidária, tem preferido não fazer comentários, apesar de, mais recentemente, se ter visto obrigada a distanciar-se (com grande estrondo) de comportamentos atentatórios contra a ética republicana de alguns dos seus correligionários partidários!

Porém, em face das mais que muitas denúncias apresentadas através da comunicação social, valendo-se das investigações do Ministério Público, que mostram como o poder político e legislativo tem estado refém do poder económico/

financeiro, há já muitos anos de democracia, através de desvios de muitos milhões de centenas de milhões de euros do circuito económico e financeiro e de avultados investimentos do Estado, **o povo começa a dar sinais de não estar disponível para continuar a assistir, calado, a tanta pouca vergonha!**

As celebrações do 25 de abril e do 1 de maio, recentemente evocadas, com imensa gente nas ruas a mostrar como os portugueses apreciam e lutam pela sua liberdade, devem ser interpretadas como um sério aviso do Povo aos governantes do país, fazendo saber que não desistirá de reclamar **mais justiça social, mais desenvolvimento económico, maior igualdade de oportunidades para TODOS.**

Sendo verdade que existem bons indicadores económicos e um decréscimo do desemprego que conferem ao Governo e aos Empresários uma validação das suas políticas, convém não ignorar que ainda existem à volta de dois milhões de portugueses (sobretudo, pessoas idosas pobres, só e doentes, demasiadas famílias sem retaguarda familiar para os problemas dos filhos menores em creches, centenas de milhares de jovens que, apesar de muito qualificados academicamente, não encontram um emprego



que lhes garanta a necessária estabilidade para construir o seu futuro).

Desenganem-se os políticos que pensem as próximas eleições legislativas como um agradável passeio entre os eleitorados!

O ano de 2019 poderá constituir uma surpresa para toda a classe política, levando mais pessoas às urnas e fazendo **opções mais conscientes e consistentes na hora de votar.**

A **mensagem encriptada** que o Presidente da República leu no Parlamento no passado dia 25 de Abril poderá ter a ver com tudo isto...

Os 45 anos da revolução de abril poderão constituir uma oportunidade para uma nova revolução de muita gente sem vez e sem voz nas políticas do seu país que poderá decidir vir a jogo, votar e levar para o Parlamento uma nova geração de políticos capaz fazer acontecer melhor DEMOCRACIA e mais DESENVOLVIMENTO!

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
ajsilva@sapo.pt

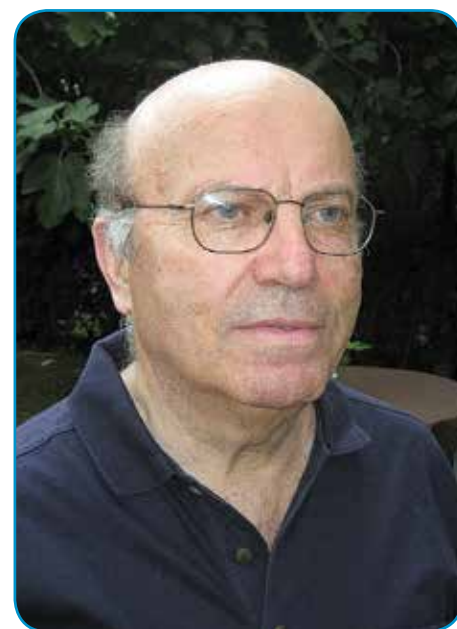
Coreia: o primeiro capítulo de uma nova história?

“É o começo de uma nova história”. Foi esta a expressão utilizada pelo líder norte-coreano, Kim Jong Un, para classificar o seu encontro recente com o presidente da Coreia do Sul, Moon Jae In. A expressão, sem sinal interrogativo, pode ler-se na mensagem que ele deixou no livro de honra que os visitantes ilustres assinam na sua passagem pela chamada Casa Azul ou Casa da Paz. Trata-se de um edifício situado exactamente na linha de fronteira entre dois países que, sendo irmãos, vivem não apenas separados desde 1953, mas ainda oficialmente em estado de guerra, embora ao abrigo de um armistício celebrado nesse ano. Na verdade, se há acontecimentos que se podem chamar de históricos, aquele que aconteceu na manhã do dia 27 de Abril de 2018, e que o mundo pôde testemunhar, merece inteiramente essa classificação.

Apesar dos sinais que foram deixados pelos recentes Jogos Olímpicos de Inverno, ninguém imaginaria que em tão curto espaço de tempo, fosse possível avançar tanto no caminho da

reconciliação e da aproximação entre esses dois países, e por via desta aproximação, no caminho da Paz. Avançou-se tanto e tão depressa, pelo menos aparentemente, que ainda hoje há quem se recuse a aceitar que o mundo já deixou de ter motivos para recear o perigo de uma guerra catastrófica com origem na Coreia. Esta reserva de muitos observadores, apesar das suas justificações, não chega, no entanto, para apagar de todo as reacções de esperança que as novidades oriundas da península coreana provocaram em todo o mundo.

Não obstante a rapidez dos acontecimentos, ou talvez por causa disso, vai ser preciso esperar algum tempo para se poder falar de uma reviravolta na política interna e externa de Pyongyang, uma reviravolta suficiente para que o governo de Washington se sinta à vontade para dar os passos indispensáveis neste caminho novo que se abriu há poucos dias. E não estamos a ver que isso venha a ser muito fácil. Ao contrário do exagero que caracteriza habitualmente os seus comentários, sobretudo quando ele pensa que podem beneficiar



a sua imagem, o presidente norte-americano foi bastante contido, embora sem deixar de se congratular com a nova política de Kim Jong Un.

A próxima cimeira entre Donald Trump e o líder norte coreano, anunciada para breve, servirá assim para tirar as dúvidas que ainda poderão subsistir depois deste encontro histórico entre os responsáveis políticos das duas Coreias. Só então se verá se o armistício dará lugar a uma verdadeira Paz. De qualquer modo, poderá dizer-se que estamos a assistir ao primeiro capítulo de uma nova história.

HENRIQUE RODRIGUES*Presidente do
Centro Social de Ermesinde*

Est Modus in Rebus

1 - Chegaram finalmente ao Partido Socialista as ondas de choque levantadas pelo falecido Governo de José Sócrates.

Já era altura de o PS se desembaraçar desse esqueleto que conservava guardado no armário e de se associar ao juízo moral feito pelas pessoas de bem quanto a esses tempos em que o Partido, sob a batuta de José Sócrates, nos pastoreou com mão pesada.

Era difícil, com efeito, assobiar para o lado quando, a cada dia, se avolumavam no espaço público notícias de factos e histórias de desmandos e desvios ocorridos, em grande parte, nesses anos que precederam e conduziram ao resgate e à troika.

Contribuiu para essa viragem da perspectiva com que o PS apreciou o comportamento do seu ex-líder a ocorrência quase simultânea de duas situações que acabaram de encher e fazer transbordar o copo da transigência e da tolerância: quer a reportagem da SIC, com inclusão dos interrogatórios judiciais de José Sócrates e das conversas telefónicas deste; quer as notícias sobre pagamentos feitos pelo BES ao Ministro da Economia de José Sócrates, Manuel Pinho, e pela EDP, para financiar uma cátedra ao mesmo ex-Ministro numa universidade americana, depois de sair do Governo.

(Afinal, não é só cá que o dinheiro e o poder compram títulos académicos, substituindo mestrados e doutoramentos.)

Tive a ocasião e o privilégio, nestas mesmas colunas e no tempo próprio, isto é, enquanto ele chefiava o Governo, de criticar, com metódico método e regularidade, as políticas e os tiques autoritários que caracterizaram os Governos de José Sócrates.

É também essa legitimidade que me faz considerar intolerável a reportagem televisiva com que a SIC nos exibiu a performance de José Sócrates durante o seu interrogatório perante o Ministério Público.

2 – É sabido que muitos consideram um facto como verdadeiro só pela circunstância de o mesmo ser veiculado pela imprensa.

Há como que uma presunção de que a realidade é o que a televisão nos mostra, mesmo que os factos pareçam improváveis e o cenário os apresente pintados em excesso.

Ora, nada nos permite afirmar que as declarações do ex-Primeiro Ministro sejam verdadeiras, ou correspondam ao seu pensamento.

Quem é suspeito de praticar crimes tem o direito de gizar uma estratégia que, no seu modo de ver, ou dos seus advogados, possa suscitar dúvidas nos inquiridores ou nos juízes – mesmo que essa estratégia assente em afirmações objectivamente falsas.

Não há, a meu ver, qualquer interesse público relevante que justifique uma exposição como a que a SIC fez das declarações de José Sócrates perante todo o País, obtidas numa situação de fragilidade, criando a ilusão de que o seu teor corresponde de facto ao pensamento de quem está a ser investigado e acusado.

Trata-se de uma situação em que Sócrates desempenhou um papel, como se fosse um actor, perante um público reduzido, para produzir nesse restrito auditório um particular efeito.

Nada nos permite dizer que as declarações que ouvimos correspondem ao que José Sócrates de facto pensa; podendo ser apenas as falas de um guião para o papel que quis representar, no exercício de um direito seu.

Ora, não é, a meu ver, legítimo que as declarações feitas por alguém, num contexto acusatório grave, em círculo fechado, representando um papel numa peça de teatro, possam ser transferidas para o espaço público, induzindo neste a conclusão de que tais declarações valem pelo seu valor aparente.

Como exemplo, nesse documentário José Sócrates afirma, a dado passo, que é um homem muito vaidoso e que só por vaidade se envolveu na vida política, que tal constituiria a sua única motivação.

Porque é que tal declaração há-de ser mais verdadeira do que se Sócrates afirmasse que tinha como motivação enriquecer, de forma legítima ou ilegítima; ou que se sentira tocado pelo ideal do serviço público.

Justamente: não sabemos; cada qual que acredite no que lhe parecer mais provável.

3 – Há, todavia, uma coisa que sabemos quase de ciência certa: os juízes que vão julgar José Sócrates não-de ter visto o programa da SIC.

A reportagem não vai passar em juízo, durante a audiência de julgamento.

Os juízes não teriam aí ocasião de se confrontar com a inquietação, com o nervosismo, com as histórias mal contadas, com a falta de explicação, que José Sócrates evidenciou durante os interrogatórios; e também com os esgares e o tom histriónico que pontuaram o seu

depoimento.

Mas os juízes são como nós: como nós, vêem televisão, acreditam, como nós, mesmo por impregnação, no que a televisão exhibe, ficam convencidos, como todos nós estamos, quanto à culpa de José Sócrates, ou à ausência dela.

O problema que a exibição do interrogatório pela SIC nos apresenta não é apenas a de se fazer o julgamento na praça pública, contra as regras do contraditório e da defesa; é também a antecipação, pelo menos parcial, do verdadeiro julgamento que há-de decorrer no tribunal e do modo como se forma a convicção deste, determinante da sentença.

4 - Mas nem tudo é papel de actor, nem tudo é fantasia, o que a reportagem nos trouxe, na sequência de outras numerosas fugas de informação e violação do segredo de justiça.

Há muita coisa que já sabemos desses tempos, e que estava oculta; e cujo conhecimento não nos chega da boca de José Sócrates, ou de Manuel Pinho, mas de fontes isentas e imparciais.

(Ou também chega dessas mesmas fontes, como os telefonemas feitos por José Sócrates e escutados pela investigação, igualmente transmitidos - e aí já não em contexto de fragilidade ou de representação; apenas deprimentes.)

Já é possível - e, mais que possível, legítimo - nós, os cidadãos, fazermos a avaliação, no plano também político e moral, do que foram esses anos do Governo de José Sócrates e da estatura dos seus actores.

Têm razão os actuais dirigentes do PS: é uma vergonha que nos toca a todos.

E é também um susto; já que a rede de clientelas do bloco central que nos tem governado, à vez, nas últimas três décadas mantem as suas posições nos subterrâneos do nosso País.

Regozijo-me com o facto de dirigentes políticos que me habituei a respeitar, como António Arnaut e Ana Gomes, terem sido dos primeiros a pedir a barreira de higienização.

E espero que a conhecida modéstia bolchevique dos partidos que apoiam o Governo pela esquerda constitua um freio eficaz a tentações pós-socráticas.

P.S. – Teremos um Governo de legislatura e o Porto é campeão.

A Terra voltou a girar sobre o seu eixo.

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ECONOMIA SOCIAL

Impensável há pouco mais de um ano já junta todas as famílias sociais

Séculos de história carregam as diferentes famílias da Economia Social em Portugal, longo período de tempo em que a maioria viveu de costas voltadas. Questões ideológicas e doutrinares, mas também outras de ordem mais prática, impediram até há pouco mais de um ano que as oito entidades mais representativas do setor se entendessem de forma a criar uma organização em que todas tivessem espaço sem se anularem ou diluírem. O primeiro passo foi dado no final de 2016, seguiu-se um processo de um ano de diálogo e debate, com a realização do I Congresso Nacional e de várias reuniões do grupo de trabalho criado no âmbito do CNES, e no passado dia 2 de maio a Confederação Portuguesa da Economia Social nasceu formalmente.

O dia 2 de maio de 2018 fica na história como aquele em que as oito mais representativas entidades do Terceiro Setor formalizaram a sua união, aprovando, em assembleia constitutiva, os estatutos e decidindo realizar, ainda no decorrer do presente mês, a cerimónia de escritura notarial e lançamento público da Confederação Portuguesa de Economia Social (CPES).

Este foi o primeiro passo para a efetiva criação da CPES, assim designada por questões de registo, depois de assinada a Carta de Compromisso, no encerramento da sessão final do Congresso Nacional da Economia Social, que decorreu, a 14 de novembro de 2017, no grande auditório do ISCTE-IUL, em Lisboa.

Eduardo Graça, presidente da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, considera o processo de criação da CPES “um avanço histórico” e “o acontecimento mais importante para a Economia Social desde a consagração constitucional em 1976”, ainda e apenas como setor cooperativo e só mais tarde (1989) alterado para cooperativo e social.

E, talvez, logo aqui se encontre uma das principais razões para que entidades seculares, que laboram no mesmo contexto social e económico, só agora olhem mais para o que as une do que para o que as divide e deem o passo decisivo para unirem esforços.

Uma certa clivagem ideológica tem marcado ao longo dos tempos a convivência entre as diferentes organizações da Economia Social, famílias muito diferentes, mas que têm em comum serem “de pessoas para as pessoas e com as pessoas”, como é afirmado no texto introdutório das Recomendações saídas do I Congresso Nacional da Economia Social, um documento que servirá de base ao trabalho a desenvolver pela novel confederação.

Esta divergência doutrinária foi evidenciada pelo Professor Rui Namorado na sua intervenção na sessão final do Congresso, quando sublinhou os dois tipos de perspetivas que “impregnam, com intensidades diversas e instáveis, a vida das várias constelações constitutivas da grande galáxia da

Economia Social”.

Assim, para uma dessas correntes de pensamento, “a Economia Social é uma dinâmica sócio-organizativa que funciona nas sociedades atuais, principalmente, como um dispositivo compensatório dirigido a minorar os sofrimentos das pessoas e a atenuar os efeitos de outras externalidades negativas, geradas pelo sistema vigente, o capitalismo”, afirmou, explicando ainda que “visa um equilíbrio tão humanizante quanto possível das sociedades atuais, mas não põe em causa a sua natureza, aceitando implicitamente contribuir indiretamente para sua perenidade ou sendo-lhe indiferente que isso aconteça”. Ou seja, “preocupa-se em atenuar os malefícios da sociedade tal como ela existe, mas não inscreve a sua transformação qualitativa entre as suas preocupações”.

Já para a outra grande linha de força, segundo Rui Namorado, “a Economia Social, além desse mesmo tipo de resposta no imediato a problemas concretos, incorpora uma ambição transformadora da sociedade que aponta para um pós-capitalismo” e, “embora ciente da sua subalternidade num contexto capitalista, resiste-lhe impregnando-se de uma vontade de mudança qualitativa do tipo de sociedade em que vivemos”. Ou seja, “ciente de que as sociedades, como contextos de vida, só sobrevivem historicamente na medida em que passam pelas metamorfoses de que necessitam para evoluírem qualitativamente, a Economia Social assume-se como parte de uma metamorfose que nos permita um futuro consentâneo com os seus valores”.

Para o professor na Universidade de Coimbra, “as narrativas correspondentes às duas grandes linhas de orientação quanto à Economia Social são multifacetadas e complexas, estando ainda em larga medida em construção”. Pelo que, “se quisermos encontrar-lhes consonâncias predominantes, poderemos dizer que a primeira se harmoniza melhor com a doutrina social cristã e a segunda se pode incorporar melhor na doutrina socialista encarada globalmente”.

Também Eduardo Graça, em declarações ao SOLIDARIEDADE, constatou a influência que estas duas grandes correntes de pensamento e atuação exercem nas organizações da Economia Social em Portugal.

“No fundo, [a criação da CPES] comporta uma aliança, não explícita mas real, entre a tradição do associativismo livre, que vem do período da Revolução Industrial, com as práticas das entidades da Igreja Católica, que vêm de muito antes desse período”.

E, para o presidente da CASES, “era necessário que fosse assumida esta aliança para que pudesse ser criada esta confederação” e, “embora isto nunca seja discutido de uma forma explícita, nunca foi um assunto em cima da mesa, na realidade, conhecendo-se a história do movimento da Economia Social, estas duas grandes correntes



existem e se elas e os seus protagonistas não se pusessem de acordo não seria possível criar uma entidade confederal desta natureza”.

Portanto, pôr de lado as ideologias, sair das trincheiras e unir esforços em prol de todos e do que as une foi, talvez, o passo mais determinante dado pelas organizações mais representativas das diferentes famílias da Economia Social: Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), Confederação Cooperativa Portuguesa (Confcoop), Animar (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local), União das Misericórdias Portuguesas (UMP), União das Mutualidades Portuguesas (UMP), Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal (Confagri), Centro Português de Fundações (CPF), Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD).

A esta situação junta-se ainda a criação, em 2011, do Conselho Nacional da Economia Social (CNES), como órgão de consulta do Governo, e a publicação da Lei de Bases da Economia Social (LBES), que aconteceu em 2013.

Externamente, a União Europeia começa a prestar mais atenção à Economia Social e a criar programas específicos para o setor, numa aposta clara para o desenvolver em todos os Estados-membros.

Determinante foi a decisão tomada em sede do CNES de realizar o primeiro Congresso Nacional do setor, ideia lançada de forma mais objetiva no encontro multidisciplinar «Portugal Economia Social – Encontro do Empreendedorismo e Inovação Social», que, em Lisboa, reuniu ao longo de três dias muitos dos atores da Economia Social.

Da enorme partilha de experiências e dos inúmeros debates, a ideia de que a diversidade não tem que ser um obstáculo foi transversal e sublinhada e este parece ter sido um importante catalisador para o processo que, logo no ano seguinte, tomou forma e está prestes a tornar-se oficial,

assim que realizada a escritura. Entretanto, as organizações terão ainda que definir quem ocupará os diversos cargos dos órgãos sociais a empossar.

Fundamental para que as diferentes famílias avançassem para um patamar onde nunca tinham estado foi o debate franco e aberto, olhos nos olhos, em que o que as une foi sobrevalorizado face ao que as divide, num espírito colaborativo e voluntarioso.

“Há objetivos considerados impossíveis que são possíveis e, por vezes, não é preciso muito tempo para que sejam concretizados. Destaco o papel bastante importante dos dirigentes das entidades da Economia Social que estiveram presentes e muitos ativos em todo o processo e o papel do ministro Vieira da Silva, sempre de incentivo para que a confederação pudesse a vir a ser criada”, sublinha Eduardo Graça, acrescentando: “Não tenho dúvida da existência de uma vontade sincera e autêntica por parte dos dirigentes das entidades para concretizar este projeto, que vai ter as suas dificuldades, contradições e problemas, como todos os projetos relevantes têm, mas no essencial existe uma reserva de vontade autêntica para que seja concretizado. Agora é preciso construí-la, outra batalha que vai começar e que não é fácil, pois é uma tarefa complexa e difícil”.

Especial importância na criação das dinâmicas de diálogo e de debate entre as diferentes entidades foi o formato encontrado para realizar o Congresso Nacional, com quatro sessões temáticas preparatórias e uma sessão final, e uma série vasta de reuniões dos membros do CNES, no âmbito da Comissão Organizadora do Congresso.

“O processo que decorreu ao longo de todo o ano de 2017, foi virtuoso porque se aproximou daquilo que se apelida por brainstorming entre os dirigentes, aos mais diferentes níveis, de todas as entidades da Economia Social. Foi possível fazer um debate aprofundado sobre um conjunto de temas decisivos para o futuro deste setor e, ao mesmo tempo, os dirigentes puderam confrontar-se com as contradições e com um conjunto de espetos que ao longo dos últimos muitos anos não tinham sido debatidos de forma tão aprofundada e em comum. Este processo do Congresso, através de sessões temáticas, e as sucessivas reuniões, em número significativo ao longo do ano, contribuíram para esta aproximação e para fomentar um espírito em que a partilha e a colaboração ultrapassaram as diferenças e o conflito, que poderá sempre surgir quando estamos perante entidades que têm histórias diferentes e objetivos com aspetos diferentes”, sustenta o presidente da CASES, entidade que apoiou e acompanhou todo o processo.

No fundo, parece que estamos num tempo em que os astros se alinharam, conjugando de forma perfeita a legislação, o ambiente político – não só interno, pelo incentivo ministerial, mas também externo, com a aposta da União Europeia no desenvolvimento da Economia Social europeia – e a perspetiva das organizações face ao todo da Economia Social.

Para Eduardo Graça, “houve uma assunção da necessidade de esbater as diferenças, embora mantendo a autonomia e a especificidade de cada uma das entidades, em favor de uma reunião em torno daquilo que são os pontos comuns das diversas confederações”.

Aliás, a questão da autonomia das diversas entidades no interior da CPES foi um tema que suscitou grande debate, tendo o assunto percorrido

um longo caminho até ao ponto que ficou plasmado nos estatutos, agora aprovados por todas as entidades.

A CNIS, apesar de sempre se ter mostrado aberta e favorável ao debate, foi, dentre as oito entidades participantes no processo, a organização que mais reservas colocou no início do processo, questionando a rapidez e o modelo que se queria seguir.

Para a maior representante das IPSS a nível nacional, não estava em causa aprofundar o relacionamento entre as organizações representativas da Economia Social, mas considerava haver passos a dar primeiro “antes de se mudarem todas para de baixo do mesmo teto”.

Em particular, os dirigentes da CNIS questionavam a importação do modelo espanhol, uma vez que a realidade portuguesa tem particularidades que a distinguem bastante da do país vizinho, nomeadamente a especificidade do Setor Social Solidário, algo que não tem correspondência em qualquer outro país europeu.

No entanto, com o decorrer das reuniões, do diálogo e do debate, o consenso foi alcançado, como sublinhou o presidente da CNIS, padre Lino Maia, no Editorial de abril 2018 no jornal Solidariedade: “(...) as várias entidades representativas da Economia Social de âmbito nacional assumiram a importância da valorização do papel de cada uma e de todas na economia e na sociedade portuguesa. Consensualizaram também que o reforço do setor no plano institucional, legal e organizacional só será capazmente concretizado através da congregação de esforços para a criação de uma estrutura comum, de natureza confederativa. Concordaram, finalmente que, respeitando a autonomia, a independência e o espaço próprio de intervenção de cada entidade, essa estrutura comum a criar assumida como sua missão a promoção e a defesa da Economia Social, como um setor específico, designadamente como parceiro social, na concertação, na definição das políticas públicas e nas orientações estratégicas destinadas à Economia Social”.

Neste sentido, Eduardo Graça olha para o caminho feito e aponta duas grandes razões para que, finalmente, o consenso entre as diferentes famílias da Economia Social seja uma realidade: “Do meu ponto de vista, é um impulso que tem, simultaneamente, um instinto de defesa e a percepção da necessidade de unir forças para modernizar o setor”.

Importante para o consenso entre as diversas entidades, depois de décadas de costas voltadas, foi igualmente o modelo de representatividade no seio da nova organização, ou seja, uma organização um voto, e ainda a criação de um modelo organizativo próprio e que refletisse a realidade nacional e não a simples importação do modelo espanhol.

“Houve uma inspiração que veio da experiência espanhola, que assenta em 20 anos da sua confederação, sabendo-se que as realidades são diferentes. Com essa inspiração, também foi possível fazer um caminho em que o modelo adotado corresponde à realidade das nossas entidades”.

Por outro lado, com a publicação da Conta Satélite da Economia Social 2013, elaborada pela CASES e o INE (Instituto Nacional de Estatística), houve uma melhor consciencialização, agora fundamentada em dados estatísticos, da grande importância do setor na economia e na sociedade em Portugal.

“A Conta Satélite é um instrumento que desempenhou um papel muito relevante. Já não por estudos empíricos parcelares ou por opiniões subjetivas dos dirigentes, mas através de um instrumento estatístico, ainda por cima oficial, e objetivo, é possível medir o peso do setor na economia e na sociedade”, destaca o presidente da CASES.

E se as evidências da Conta Satélite serviram, num primeiro momento, para ajudar a desbloquear o diálogo entre as organizações para a criação da confederação, no futuro elas servirão para sustentar e potenciar as ambições e reivindicações do setor.

Como grandes objetivos, a CPES pretende reforçar o reconhecimento da Economia Social no seio da sociedade e junto dos poderes públicos, ao mesmo tempo que ambiciona conseguir um lugar na Concertação Social. Por outro lado, pretende chegar a fundos europeus que cada uma das organizações de per si não terá condições para se candidatar e, ainda, criar uma dinâmica comunicacional mais eficaz e afirmativa.

Este último aspeto é algo essencial para afirmar o setor, que nos últimos tempos tem sido alvo de diversos ataques, promovidos por razões ideológicas, mas também porque este é um setor altamente apetecível.

No entender do presidente da CASES, “resume-se tudo num grande objetivo que é reforçar o reconhecimento público do setor, quer junto dos poderes públicos quer da sociedade, ou seja, fazer corresponder à consagração legal ao mais alto nível que tem em Portugal, o que não é comum nos diversos países europeus, o reconhecimento público”.

Já quanto ao desejo de aceder à Concertação Social, para Eduardo Graça, o que hoje parece ser uma impossibilidade pode, entretanto, deixar de o ser: “Todas as conquistas, geralmente, são consideradas impossíveis antes de serem alcançadas. Esta questão da Confederação há pouco tempo era considerada impossível, inviável, idealista pela grande maioria das pessoas, mesmo pelas que estão envolvidas na sua criação. É uma questão objetiva, no entanto é possível. Agora vão colocar-se outras questões. Vai colocar-se a questão de aceder à Concertação Social ao mais alto nível, que hoje é considerada uma tarefa praticamente impossível, mas eu quero crer que é possível. Se os dirigentes da CPES trabalharem de uma forma adequada e correta no processo para alcançar esse objetivo e outros pode ser possível”.

Ultrapassado o grande e principal obstáculo, que foi sentar à volta da mesa as oito famílias mais representativas da Economia Social em Portugal, promover o diálogo e o debate entre todas, num processo em que foram relevados os pontos em comum – “Assumpção de responsabilidades, quer individuais quer coletivas; Autonomia de gestão; Coesão social e territorial; Combate à exclusão social; Inserção no tecido social; Participação; Primado das pessoas; Promoção de espaços de realização individual; Respeito pela dimensão humana”, como sintetizou o padre Lino Maia, no referido Editorial de abril 2018 – em desfavor do muito que as diferencia, o futuro próximo vai ser determinante para a consolidação e afirmação da Confederação Portuguesa de Economia Social, cujo primeiro passo foi a aprovação dos estatutos neste início de maio.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA IPSS



SINAL MAIS



GERTAL ITAU



SOGENAVE



STRONG
ALARMIBÉRICA
S.O.V.
INFRASECUR
CHARON
TAMPER



UPK
CLIMAMOR



B2B



CERGER



FEB CAFÉS
CATEFRU
SOCIGESTE



IBERLIM
NOVA SERVIÇOS



PAPIRO



VIVAMAIS



SERDIAL



BIOSOG



TICKET SERVIÇOS
FLEXBEN



A TEMPORÁRIA
A TEMPORÁRIA
OUTSOURCING

A Trivalor, composta por mais de 20 empresas, está vocacionada para fazer o melhor pela sua IPSS.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência em Business & Facility Services.



Diferentes empresas da Trivalor SGPS, S.A. detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

STRONG
Alvarás: 41 A | 41 B | 41 C

CHARON
Alvarás: 32 A | 32 B | 32 C

S.O.V.
Alvarás: 14 A | 14 C

www.trivalor.pt

AV. INFANTE SANTO, 21 A · 1350-177 LISBOA
TELEF.: 21 042 00 05 / 21 042 08 08
FAX: 21 042 00 98 / 21 424 94 88
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONTACTE-NOS



TRIVALOR

INATEL 55+.PT

Oito milhões de euros para programa de turismo sénior

O Governo quer combater a exclusão social com um programa de turismo sénior ao qual atribui este ano oito milhões de euros.

O programa INATEL 55+.PT é uma parceria dos ministérios da Economia e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social com a Fundação Inatel e o Turismo de Portugal.

Destinada à população idosa, pessoas com deficiência ou carência económica, a iniciativa visa “disponibilizar atividades de lazer, associadas a ações integradas de apoio à cidadania e ao envelhecimento ativo, aproveitando as infraestruturas hoteleiras existentes, na época de baixa sazonalidade”, entre setembro a maio, entre 2018 e 2020.

O INATEL 55+.pt inclui atividades turísticas, culturais, formativas e de convívio, traduzidas em viagens de média duração, segundo um comunicado do gabinete do ministro José António Vieira da Silva, que presidiu à sessão de lançamento, em Fornos de Algodres, distrito da Guarda.

Alguns dos objetivos do programa são a promoção do lazer e do envelhecimento ativo, além do combate ao isolamento e à exclusão social.

Com esta medida, o Governo pretende disponibilizar “atividades culturais, educacionais e de convívio, com caráter regular, dirigidas a indivíduos em situação de exclusão social, numa lógica de



democratização no acesso a atividades de turismo e lazer”.

Outros objetivos são a “preservação e dinamização do património cultural das comunidades”, a difusão do “conceito de envelhecimento saudável, feliz e ativo” e o fomento da “atividade económica nos territórios de baixa densidade” demográfica, de acordo com a mesma nota.

Trata-se de um contributo para “a inclusão dos cidadãos com 55 ou mais anos, preferencialmente o segmento com mais carências de rendimento e em risco de exclusão social”.

São proporcionados alojamento e atividades culturais, educacionais, de cidadania e de convívio aos cidadãos envolvidos.

É dada prioridade aos candidatos com baixos rendimentos, designadamente portugueses, estrangeiros residentes em Portugal (nacionais de países terceiros, comunitários, refugiados ou asilados), lusodescendentes e pessoas que usufruam de sistemas de acolhimento e asilo com 55 ou mais anos, residentes no território nacional continental.

O programa de turismo sénior decorrerá em hotéis da rede INATEL (25%) e privados (75%).

SOLIDÁRIOS CONSIGO HÁ MAIS DE 22 ANOS

**DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO,
AS PESSOAS PRECISAM DE SI.**

CONTABILIDADE ESNL

ORDENADOS

IMOBILIZADO ESNL

UTENTES IPSS

MÓDULO ORÇAMENTOS

UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)

LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE

PROCESSOS CLÍNICOS UCC

UNIDADES DE SAÚDE

PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL **NOVO**

GESTÃO DE IMÓVEIS

CONTROLO DE PRESENÇAS

ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS

ASSISTÊNCIA REMOTA
Via internet

ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
Gratuita

INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
Nas vossas instalações

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

SISTEMA INTEGRADO DE TESOUREARIA

TSR - Utentes
TSR - Bancos
TSR - Associados
TSR - Rendas
TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores

PRESCRIÇÃO ELECTRÓNICA E MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO (CERTIFICADO SPMS)

RECEITAS SEM PAPEL

ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO

entre outras

SOFTWARE IPSS

SECTOR ECONOMIA SOCIAL

+ DE 40
APLICAÇÕES

+ DE 900
CLIENTES

100%
CLIENTES
SATISFEITOS

GRÁTIS
DEMONSTRAÇÕES
SEM COMPROMISSO

Rua dos Cutileiros, 2684 1º - Sala 11 - Apartado 1071 EC
4836-908 Lameiras - Guimarães

WWW.TSR.PT

t(m. [+351] 939 729 729
t(f. [+351] 253 408 326 (3L/BA)
fax [+351] 253 408 328

tsr@tsr.pt facebook/tsrsi

CUIDADORES DE PESSOAS IDOSAS DEPENDENTES

Curso online e gratuito é oportunidade de formação para as IPSS

O propósito do curso online para cuidadores de pessoas idosas dependentes, que em Portugal vai para a terceira edição, é o facilitar formação e informação de maneira regulada aos cuidadores familiares para dar os cuidados necessários a pessoas idosas dependentes em a sua casa.

Pretende, pois, formar e dar conhecimento aos cuidadores que têm a responsabilidade de cuidar a pessoas idosas dependentes em situações complexas, com linguagem compreensível com ilustrações simples, sempre a partir da evidência científica.

Mas esta é também uma boa oportunidade para as IPSS promoverem formação dos seus funcionários numa área tão específica e complexa.

“Esse é de facto um dos alcances do curso e quando se colocou a proposta de envolver a CNIS foi precisamente no sentido de ser cada vez mais abrangente e disponibilizar de forma gratuita formação”, afirma Maria João Quintela, presidente da Associação Portuguesa de Psicogerontologia, sublinhando: “Esta é uma formação gratuita a todos os níveis e esse foi um dos nossos propósitos. Pensamos que isto possa interessar a outras instituições que queiram divulgar e promover a realização do curso por parte dos seus colaboradores. Este é um curso que serve para pessoas com formação e sem formação, qualquer pessoa pode aceder”.

O curso é gratuito e funciona numa plataforma online. Os inscritos acedem a uma plataforma onde está disponível o material teórico. Não há aulas nem horários e o único prazo a cumprir é o do final, dia 31 de outubro.

Entretanto, os formandos podem descarregar os conteúdos da plataforma e elabora autênticos dossiês.

No final, haverá um questionário de avaliação e um certificado acreditado pelas sociedades portuguesa e espanhola de geriatria e gerontologia.

A formação é apontada a todos os grupos de cuidadores, tenham ou não formação, sejam cuidadores formais ou informais, não havendo requisitos mínimos para a integrar.

De facto, a gerontologia é daquelas áreas, até pela força da longevidade crescente da população, que necessita e está em constante reciclagem de conhecimento, na tentativa de se conseguir prestar os melhores cuidados a quem deles precisa.

“Se há área em que é sempre necessário atualização e formação continua e acesso a novos conceitos é a da gerontologia, do envelhecimento humano, de todas as áreas que lidam com pessoas e que pretendem que elas usufruam de melhor qualidade de cuidados e, ao mesmo tempo, que participem mais na sua saúde e longevidade”, explica Maria João



Quintela, acrescentando: “O curso tem também uma vertente prática, com a divulgação de diversas imagens sobre os procedimentos a usar e a evitar. Há toda a intenção de facilitar a aquisição de conhecimentos e melhorar as aptidões das pessoas, algumas já as têm, e contribuir para uma mudança evolutiva de atitudes e de práticas”.

A supervisora da versão portuguesa do curso revela que há também “a intenção de criar outros formadores”, considerando que “os cidadãos que já tenham feito algumas formações nestas áreas podem eles próprios ensinar outros, aos filhos ou à família, mas não só” e “até contribuir para uma evolução muito positiva das próprias instituições que estão empenhadas nessa formação, de modo a que cada vez mais as pessoas cuidadas e os cuidadores sejam parceiros das instituições no sentido de uma evolução conjunta”.

Maria João Quintela destaca a “extraordinária evolução” em termos de adesão, recordando as 700 da primeira edição, numa altura em que a mais de um mês do fecho das mesmas (30 de junho) já conta com 2.300 para a edição 2018.

O curso online para cuidadores de pessoas idosas dependentes é uma iniciativa da Sociedade Espanhola de Geriatria e Gerontologia a que a congénere portuguesa, juntamente com a Associação Portuguesa de Psicogerontologia (APP), aderiram há três anos, trazendo a formação para Portugal.

“Este é o resultado da grande articulação entre as sociedades de geriatria e gerontologia dos dois países, que nasceu há três anos, com a total disponibilidade da sociedade espanhola”, conta a presidente da APP, referindo o papel da instituição e da Sociedade Portuguesa de Geriatria e Gerontologia (SPGG) na tradução do curso, mas não só.

“Na primeira edição a APP e a SPGG tiveram

um papel importante na tradução e a nível técnico. O nosso propósito foi simplificar o processo de aquisição de conhecimentos por parte de quem cuida. Os cuidadores, aqueles que cuidam de outros mais velhos, nomeadamente com dependência, querem muitas vezes cuidar, mas nunca receberam formação para isso. Basta ver que ao longo das nossas vidas em nenhuma altura da nossa formação académica, a não ser nas formações específicas, teve formação de como cuidar do próximo”, sustenta, destacando: “Na verdade temos sentimentos solidários e generosos naturais que se forem acomodados a alguns conhecimentos no cuidar se transformam numa tarefa pela qual muita gente tem desenvolvido um gosto extraordinário”.

Apesar de ter um alcance mais vasto, “este curso dirige-se especialmente àquelas pessoas que prestam cuidados naturais”, ou seja, “os chamados cuidadores informais que são essencialmente ainda os familiares, que são os mais diretos prestadores de cuidados, os vizinhos e voluntários”, argumenta, lembrando que, mesmo assim, o curso está atualmente “a ser muito adotado por profissionais de variadíssimas áreas”.

Por outro lado, com este curso pretende-se também, “porque é muito importante, cuidar do cuidador”, para que ele possa prestar os cuidados da melhor maneira e nas melhores condições para quem está a cuidar mas para ele próprio também.

À semelhança das duas edições anteriores, o curso desdobra-se em dois módulos de conteúdos: um sobre cuidados básicos às pessoas idosas dependentes e um outro sobre cuidados específicos, que inclui um guia de boas práticas.

As inscrições podem ser feitas no sítio da internet da SPGG (www.spgg.com.pt) até ao próximo dia 30 de junho.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



AS GIGANTES TECNOLÓGICAS

O acidente à espera de acontecer

Por vezes fazemos involuntariamente o papel de Cassandra. Cassandra, a formosa princesa troiana, foi alvo da mais cruel maldição dos deuses. Podia anteciper o futuro, conhecia de antemão as desgraças que aí vinham, mas não podia fazer nada para as evitar. O dom da profecia foi outorgado com um terrível contraponto – ninguém acreditar no que antecipava!

Escrevi um par de crónicas sobre os riscos das redes sociais que me pareciam mais que evidentes. Tentei descrever um modelo de negócio imoral e que, como se a imoralidade não fosse suficiente, tenderia sempre para um monopólio natural.

Soubemos agora que a Facebook terá permitido a terceiros, porventura de forma involuntária, o acesso ilegítimo a cerca de 87 milhões perfis pessoais de utilizadores, na grande maioria, segundo o que vamos sabendo, utilizadores americanos.

O “roubo”, se é que foi “roubo”, terá sido perpetrado por uma empresa de “big data”, ou seja, uma dessas empresas que tem capacidade para tratar quantidades colossais de informação e que vende os seus serviços a empresas comerciais, campanhas políticas, etc...

A coisa terá sido possível graças a uma inocente pesquisa “científica”, a que terão respondido umas poucas centenas de milhar de subscritores, contudo, através da informação desses poucos entusiastas terá sido possível descarregar informação pessoal de milhões de utilizadores.

Há aqui dois lados negros.

O primeiro é que só soubemos da proeza porque alguém de dentro da Cambridge Analytica, a tal empresa de “big data”, decidiu pôr a boca no trombone. Ora, com isto vem um amargo de boca: quantos mais casos como estes podem ter ocorrido sem que se saiba? As gargantas fundas não são ubíquas!

O segundo é que fica mais que claro que a informação pessoal dos utilizadores da Facebook não está segura nos computadores da rede social. É possível, e nem parece difícil, uma qualquer inocente aplicação “roubar” a informação em escalas gigantescas.

Porque é que afirmo que o modelo de negócio é imoral?

A Facebook fez em 2017 um resultado líquido de 15,92 biliões de dólares para um volume de vendas de 40,653 biliões, ou seja, um resultado líquido sobre vendas de quase 40%! Sim! Sim! Leram bem, +/- 40%!!!

Isto é um absurdo! Colocam-se aqui duas

questões: a) - como é possível atingir taxas de lucro tão absurdamente elevadas em relação às vendas? b) – porque é que, sendo o negócio tão bom, não aparecem, como seria normal, uma miríade de empresas concorrentes para baixar a taxa de lucro para níveis normais?

A resposta à questão a) – é muito simples. A Facebook inventou um modelo de negócio em que a “matéria prima”, aquilo que se transforma em dinheiro, não custa nada à empresa. O que a Facebook transforma em dinheiro é a informação pessoal que os utilizadores livre e gratuitamente por lá deixam bem como os conteúdos que por lá circulam e pelos quais a rede social não paga nada.

A Facebook não cobra nada aos seus utilizadores, é certo, contudo, monetiza a informação pessoal e os conteúdos através da venda de publicidade que, neste caso, é muito valiosa porque pode ser cirurgicamente distribuída.

A resposta à questão b) – também é simples. Embora o negócio seja atrativo não é possível verdadeiramente concorrer porque as “externalidades de rede”, que descrevi na crónica anterior, impedem uma verdadeira concorrência.

Por exemplo, a Twitter, uma outra rede social que também vive de publicidade e que, de alguma forma poderia concorrer com a Facebook, fez, em 2017, 2,5 biliões de receitas e teve prejuízos de 108 milhões.

Não dá para todos!

Observamos uma realidade similar na Google. A Google é um motor de busca que vive de publicidade – também não cobra nada diretamente aos seus utilizadores.

Em 2017 a Google fez 110,8 biliões em receitas e 12,7 biliões em resultados. Contudo, em 2018, é bem provável que os resultados mais que dupliquem! Também aqui as margens são pornográficas embora menos expressivas que as da Facebook. Mas, mais uma vez, isto só é possível porque a Google goza nesta matéria de um monopólio natural – toda a concorrência com alguma expressão foi simplesmente cilindrada.

A única empresa que durante algum tempo fez alguma frente à Google, a Yahoo, acabou vendida a preço de saldo à Verizon, o maior operador de telemóveis dos Estados Unidos. Nos tempos em que ainda resistia como empresa independente a Yahoo fazia cerca de 5 biliões em receitas e tinha resultados operacionais a rondar o zero. Os resultados líquidos de 2015 foram largamente negativos.

A insegurança da informação está ligada a

esta situação de monopólio natural. Imaginemos que existia uma rede social XPTO com capacidade efetiva para concorrer com a Facebook. O que estaria a acontecer agora é que muitos utilizadores estariam a fechar as suas contas no Facebook e a mudar para a empresa XPTO, assumindo que esta seria mais zelosa na salvaguarda da privacidade da informação.

O problema é que não há concorrência real.

Depois da audição de Mark Zuckerberg, o CEO da Facebook, perante o Senado e Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, o clima parece ser propício à introdução de normas regulatórias na área das redes sociais e, mais em geral, no domínio da proteção dos dados pessoais.

Mas também ficou claro como grande parte dos deputados e senadores estão longe de ter uma visão clara do que está em jogo. Algumas das perguntas não passaram da mera retórica parlamentar. Pérolas como: “quem nos vai proteger da Facebook?!” podem dar cabeçalhos em jornais ou televisões, mas não adiantam grande coisa para a resolução do problema.

Consta que Marck Zucherberg, que se apresentou nas audições com um ar deveras estranho, mas seguramente estudado ao mais ínfimo pormenor, algures entre o menino de coro e o boneco androide, terá concedido que falta “regulação” no setor.

De menino de coro a criatura tem pouco – trata-se aqui do mais refinado cinismo. Ele (ou alguém por ele) percebeu que o espírito do tempo vai por aí - “um pouco de regulação” será porventura inevitável.

A verdade é que, na volta, regulação “quantum satis” até talvez não incomode muito Marck Zuckerberg. Pensando bem, a Facebook, com os seus 2 biliões de utilizadores a nível global (falta saber quantos são pessoas reais de carne e osso) estará a aproximar-se da maturidade. A uma empresa madura um pouco de regulação não fará moléstia por aí além...

A questão da regulação é de certa forma como as prescrições indiscriminadas de antibióticos. Talvez resolvam alguma coisa a curto prazo, mas, por vezes, à custa de problemas maiores no futuro.

Penso que o tema não deveria ser regulação, ou pelo menos só regulação, mas a criação de concorrência efetiva. Só com concorrência efetiva o monstro pode ser dominado.

Mas como criar verdadeira concorrência? Talvez seja sobre isso a próxima crónica.

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Capitações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.

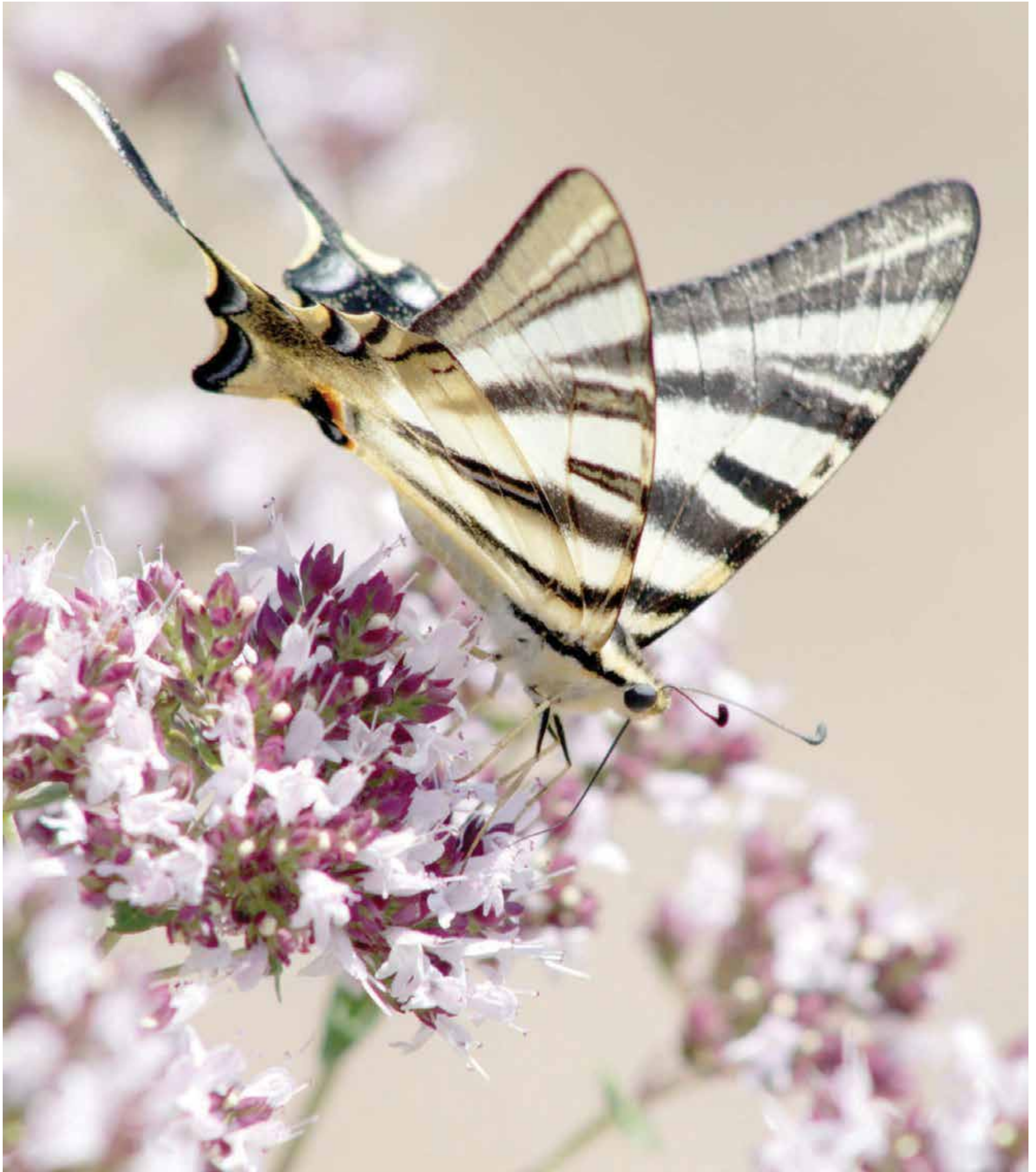


TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

www.sogemave.pt





Movimento de primavera

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braucamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

POBREZA EM PORTUGAL

Mais de 18 por cento das pessoas abaixo do limiar da pobreza

Um total de dois milhões e 399 mil portugueses estavam em risco de pobreza ou exclusão social em 2017, menos 196 mil em relação a 2016, segundo dados estatísticos do INE.

Os números são do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento do Instituto Nacional de Estatística (INE) realizado em Portugal desde 2004, através de entrevistas presenciais, dirigindo-se em 2017 a 14.052 famílias.

O questionário incorpora perguntas sobre o agregado familiar e também sobre as características pessoais de cada membro, em particular sobre os rendimentos de todos os elementos com 16 ou mais anos e a operação de recolha decorre normalmente no segundo trimestre de cada ano.

O indicador estatístico relativo à população em risco de pobreza ou exclusão social associa a condição de risco de pobreza relativa às de privação material severa e de intensidade laboral “per capita” muito reduzida.

Os resultados definitivos do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento realizado em 2017 confirmam 2.399 milhares de pessoas (ou

seja, 23,3%) em risco de pobreza ou exclusão social, menos 196 mil pessoas do que no ano anterior.

Do total de pessoas em pobreza ou exclusão social, 18% (431 mil) eram menores de 18 anos e 18,8% (451 mil) eram pessoas com 65 ou mais anos.

Em 2017, 6,9% dos residentes viviam em condição de privação material severa (708 milhares de pessoas), menos 1,5 pontos percentuais do que em 2016 e menos 2,7 pontos percentuais do que em 2015.

Instado a comentar estes números, o ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social afirmou-se “absolutamente convicto” que os dados relativos à pobreza e exclusão em Portugal são atualmente “significativamente” melhores que os divulgados hoje pelo INE relativamente a 2016. “Estes não são números novos, são a confirmação dos dados que já eram conhecidos e são dados referentes a 2016. Não quer dizer que do ponto de vista estrutural os problemas não existam, quer dizer que do ponto de vista da situação concreta em que nós estamos tenho a convicção profunda de

que a situação hoje é significativamente mais positiva”, afirmou Vieira da Silva à margem do seminário “Rendimento Mínimo Adequado em Portugal: investimento numa sociedade mais inclusiva”.

Os resultados definitivos do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) divulgados hoje pelo Instituto Nacional de Estatística indicam que o rendimento monetário disponível mediano por adulto equivalente foi, em termos nominais, de 9.071 euros em 2016, que corresponde a um limiar de pobreza de 5.443 euros.

Segundo o INE, “estes resultados confirmam a taxa de risco de pobreza de 18,3% em 2016, bem como a taxa de risco de pobreza ou exclusão social de 23,3%, divulgadas em novembro de 2017”.

Embora admitindo que “mais de 18% das pessoas numa situação abaixo do limiar da pobreza é demais e excessivo”, Vieira da Silva justificou a “convicção profunda de que a situação hoje é significativamente mais positiva” com o facto de os indicadores de pobreza serem “muito influenciados pela taxa de desemprego”.



Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS

Agente especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL